



O JORNAL DO SENADO

De segunda a sexta-feira, a versão impressa do **Jornal do Senado** é distribuída gratuitamente em diferentes pontos do Congresso Nacional, da Rodoviária do Plano Piloto e do Aeroporto de Brasília. As notícias publicadas permitem aos cidadãos conhecer em detalhes os trabalhos desempenhados pelos senadores diariamente, tanto no Plenário quanto nas várias comissões.

O **Jornal do Senado**, que começou a circular em maio de 1995, soma-se ao Portal de Notícias, à TV Senado e à Rádio Senado para compor os veículos de comunicação que contribuem para tornar a Casa um exemplo de transparência no poder público.

O **Jornal do Senado** também pode ser lido na internet: www.senado.leg.br/jornal

A organização em um só volume de todas as reportagens do *Arquivo S* — sessão do **Jornal do Senado** — constitui excelente iniciativa do Senado em divulgar a memória histórica institucional e, por conseguinte, fundamentos da própria memória nacional.

A história do Senado confunde-se com a história do Brasil em inúmeros momentos, nomeadamente naquelas encruzilhadas em que o protagonismo da Casa Alta do Parlamento manifestou como nunca o condão de moldar os destinos da nação. A opção histórica de definir o papel do Legislativo, após a Independência, por meio de órgão bicameral, condicionou a nossa história política, que se ambientou nessa dupla interlocução.

Alguns sugerem a alternativa de se construir, no Brasil, um Legislativo unicameral. Porém, após mais de dois séculos, a memória histórica do Legislativo que conhecemos é exclusivamente bicameral. Característica que se acomodou ao *ethos* da política nacional, de forma que, nos dias de hoje, quando se pergunta o que é funcional e estrutural em nosso sistema político, o bicameralismo apresenta-se como algo quase natural. Quantas vezes apelamos ao bom senso da Casa revisora para atalhar decisões políticas açodadas, muitas vezes tomadas sem reflexão adequada sobre as consequências?

A história do Senado, nesse sentido, assume a dupla contingência de ser uma história institucional e, ao mesmo tempo, de configurar uma das dimensões mais decisivas da história nacional. O compromisso do *Arquivo S*, de divulgar o acervo documental do Senado, aproxima-nos da preciosidade de arquivos que preservam as fontes originais de nossa história. O Arquivo do Senado constitui um dos repositórios mais importantes da história brasileira nos dois últimos séculos.

Redigido em linguagem jornalística, o *Arquivo S* aproxima a história do Senado do grande público, reforçando as poucas opções disponíveis no mercado editorial.

Existem outros motivos para aproximar do cidadão a história do Legislativo. O conhecimento da história, nesta quadra que vivemos, alicerça os fundamentos da ordem democrática. Quando as tentações do totalitarismo assomam no horizonte em momentos de instabilidade econômica, social e política, o argumento histórico, ao introduzir o parâmetro da comparação, favorece o debate sobre as virtualidades da ordem democrática.

Isso é decisivo para a história política, pois raramente os fenômenos aparentes deixam traçar a sua essência. *Last but not least*, no discurso político, predicado da arena de duros combates, parafraseando Hamlet, vale a máxima: “Falarei de punhais, mas sem usá-los”.

Marcos Magalhães
consultor legislativo do Senado

ISBN: 978-85-7018-650-8



9 788570 186508

SENADO FEDERAL

ARQUIVO S

O Senado na História do Brasil
Volume 1



2ª edição

SENADO FEDERAL



O ARQUIVO S

A seção *Arquivo S*, publicada pelo **Jornal do Senado** desde 2014, revela um pouco da riqueza dos documentos históricos que estão sob a guarda do Arquivo do Senado. A cada mês, um episódio da história do Brasil é escolhido para ser narrado a partir dos pronunciamentos e dos projetos de lei dos senadores da época. Por meio dessas reportagens, percebe-se que o Senado sempre foi protagonista da história nacional.

A seção *Arquivo S*, resultado de uma parceria entre o **Jornal do Senado** e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês e vem acompanhada de vídeos do Portal de Notícias e de programas da Rádio Senado.

O *Arquivo S* também pode ser lido na internet: www12.senado.leg.br/jornal/arquivo-s

Personagens da capa (em sentido horário):

Getúlio Vargas, José Sarney, Pelé, João Figueiredo, duque de Caxias, Kaiser Guilherme II, dom Pedro II, Deodoro da Fonseca, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, Solano López e Ruy Barbosa

ARQUIVO S - O Senado na História do Brasil

Volume 1

2ª edição

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil
Volume 1

2ª edição
Dezembro de 2016

SENADO FEDERAL

Mesa
Biênio 2015–2016

Senador Renan Calheiros
PRESIDENTE

Senador Jorge Viana
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Vicentinho Alves
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senadora Ângela Portela
QUARTA-SECRETÁRIA

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Sérgio Petecão
Senador João Alberto Souza
Senador Elmano Férrer
Senador Douglas Cintra

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

Luiz Fernando Bandeira
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

ARQUIVO 

O Senado na História do Brasil

Volume 1

RICARDO WESTIN
TEXTOS

BRUNO BAZÍLIO
ILUSTRAÇÕES

SENADO FEDERAL 

Expediente

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal,

Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer,

Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves

e Wesley Moura

Pesquisa de fotos: Braz Félix

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira

e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella, Diego Jimenez

e Priscilla Paz

EQUIPE DE MULTIMÍDIA

Edição: James Gama, Maurício Muller

e André Fontenelle

Imagens: Adriano Kakazu e Tadeu Sposito

Finalização: Bernardo Ururahy

SECRETARIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO

E DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Márcio Sampaio Leão Marques

Coordenação de Arquivo: Wênis de Almeida Batista

Serviço de Arquivo Histórico: Rosa Maria Gonçalves

Vasconcelos

Arquivista: Betânia dos Santos Guedes

Estagiários: Bruno Alves Dourado Pereira

e Leonardo Pereira dos Santos

Colaboração: Jefferson Dalmoro (Rádio Senado),

Biblioteca do Senado, Serviço de Pesquisa e

Atendimento ao Usuário e Serviço de Pesquisa

Legislativa

Prefácio

O Senado ajudou a construir o Brasil

José Sarney

ex-presidente da República

e ex-presidente do Senado

A história do Brasil passa, há quase dois séculos, pelo Senado, primeiramente Senado do Império, depois Senado Federal.

Reuniu-se o Senado a 5 de maio de 1826, sob a presidência do Marquês de Santo Amaro, composto por 50 senadores nomeados pelo imperador. Não havia, naquele tempo, homens com qualquer experiência parlamentar. Apenas alguns dos senadores haviam vindo da Constituinte, onde, como deputados, traziam a alma impregnada das mais generosas ideias. Havia o desejo e a noção do Parlamento. Mas ninguém sabia o que era um Parlamento.

Apesar de um ou outro foco de resistência na Independência e, mais tarde, de revoltas e revoluções, esta nação foi feita sob a égide do poder político, que é a síntese de todos os poderes. Fomos feitos através da construção de instituições que nasceram na Câmara e no Senado.

Capistrano de Abreu, um de nossos maiores historiadores, teve a oportunidade de fixar bem isso quando disse que duas instituições foram responsáveis pela unidade nacional, pela construção deste grande país, mantendo a sua unidade: o Poder Moderador do imperador — e vamos pensar como há dois séculos, e não como hoje — e a vitaliciedade do Senado, que para nós parece um absurdo. Ambos tinham como base o pensamento de Benjamin Constant, que dizia que essa era a “casa da duração”, onde existia a ideia da perenidade, da estabilidade. Foram justamente o Senado e o Poder Moderador que conseguiram, ao longo do Império, construir a unidade nacional. Foram esses dois instrumentos que identificamos, hoje e ao longo da nossa história, como tão importantes.

Westin, Ricardo.

Arquivo S / Ricardo Westin, textos ; Bruno Bazílio, ilustrações. –
Brasília : Senado Federal, 2015.

121 p. : il. – (O Senado na história do Brasil ; v. 1)

Reportagens publicadas em 2014 e 2015 pelo “Jornal do Senado”
com base no acervo do Arquivo do Senado Federal.

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, história. 2. Poder
legislativo, história, Brasil. I. Título. II. Série

CDD 328.8109

O Parlamento é, em cada lugar, um reflexo da sua política. Um reflexo que se faz nos homens e nas transformações. O Senado Federal tem, então, essa grande posição na história política brasileira. Grandes nomes por ele passaram. Quase todos os grandes políticos brasileiros nele estiveram. O outro reflexo do país na política é no campo das transformações, das ideias transformadas em atos que conduzem à evolução da própria sociedade. Muitas vezes, nós nos esquecemos do que foi a construção política do Brasil, das ideias que fizeram este país. Ao longo do tempo, as ideias civilistas, os ideais democráticos e os ideais de liberdade construídos não deixaram frutificar as ideias ditatoriais. Fazem parte da alma e do povo brasileiro. Por meio de quê? Por meio da pregação dos homens públicos que tivemos.

O Congresso, como expressão do liberalismo, ao longo do tempo, sofreu as modificações da política.

O velho Senado funcionava como um freio conservador, no sentido não exclusivamente partidário do termo, ao ímpeto da Câmara temporária.

O Senado é a Casa da Federação. Desde o princípio do país, falava-se em Federação. O Império era um Estado unitário. Os impérios sempre foram Estados unitários. Dizia-se que isso era essencial à unidade nacional. Mas essa ideia começou a crescer. E Ruy Barbosa se tornou o grande patrono da ideia do federalismo, junto com Joaquim Nabuco. De tal modo que ele, que fora monarquista e ainda não havia aberto o ideal para ser republicano, dizia: “Façamos o federalismo com monarquia ou sem monarquia”.

O advento da República redefiniu a função do Senado. Formalmente, como instituição, não houve modificação essencial em sua estrutura e prerrogativas. Politicamente, porém, e do ponto de vista doutrinário, seu peso cresceu de ponto. O Senado tornou-se o guarda da Federação. Nele se representam paritariamente os interesses permanentes dos estados. Também era assim no Império. Mas a Monarquia, forma centralizada de Estado, impunha a prevalência da corte sobre as províncias, dando ao Senado a função de um conselho privilegiado, que, apesar de ter altura política, não desempenhava essencialmente funções políticas.

Ao longo do tempo acabou-se o Senado antigo, da época do discurso. O Poder Legislativo passou por profundas modificações. Porém, a nostalgia dos tempos gloriosos não deve jamais obscurecer a importância do Congresso nos nossos dias e, principalmente, do Senado.

O nosso Congresso pode orgulhar-se de ser parte importante da vida

brasileira, e o país nasceu dentro dele, com seus defeitos e suas virtudes. A instituição parlamentar, hoje, é um patrimônio do país, do seu estilo de vida, do seu destino político.

A verdade é que sem Parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade e sem liberdade o homem é apenas uma aspiração de engordar. Para indícios de que vivemos uma época de transição há sintomas de restauração.

Hoje o Parlamento brasileiro tem uma singular particularidade. Seus debates têm a fiscalização diária, o acompanhamento imediato, em tempo real, de todos. As decisões são abertas e delas participa a opinião pública mobilizada e atenta, engajada e apaixonada, sem necessitar da saturação do tempo. As reuniões são televisionadas pelos nossos órgãos de comunicação interna, que passam a ter uma importância nunca pensada. As televisões privadas são obrigadas a seguir o nosso ritmo para não perder audiência. Os fatos imediatamente são construídos e as evidências se realizam diante de todos.

A ideia do Parlamento, da representatividade, é, sem dúvida, o coração da democracia. Desde a primeira vez em que se falou em democracia, desde o discurso de Péricles aos mortos da Guerra do Peloponeso, até hoje, podem dizer tudo do Parlamento, mas não se descobriu instituição melhor para se exercer o processo democrático. Churchill dizia que a democracia é muito ruim, mas não temos nada melhor.

No Parlamento o Brasil foi criado, a Federação foi formada pelo trabalho dos políticos brasileiros. No Parlamento encontram-se todas as soluções dos nossos problemas, pois ele é o lugar em que o povo pode questionar tudo, inclusive o próprio Parlamento.

O Congresso Nacional é a instituição do povo. Com a simples força das palavras e das ideias, a nação existe, vive e é representada. Quando o Parlamento se fecha, baixa o silêncio sobre todos os direitos, porque o povo não tem aquela expressão da Casa à qual recorre a fim de reivindicar seus direitos e formar sua consciência.

Finalmente, a grandeza da instituição legislativa é a sua essência. Ninguém descobriu até hoje outra que a substituísse. Quanto aos homens, senadores, eles passam. Mas a soma de todos é menor que a instituição.

A glória legislativa é feita de lampejos, de instantes, de momentos fugidios. Da vaidade de um discurso, de um parecer, de uma emenda, de

uma lei, de um momento de brilho que, em seguida, é sepultado nos anais.

Mas a instituição é sempre um sol. Quando ele se apaga ou sua luz esmaece, a escuridão ou a penumbra cai sobre os povos.

E hoje, quando o Brasil cresceu, desenvolveu-se, tornou-se o país que é, nós só temos o Senado como expressão da unidade nacional, porque aqui, falando em nome de todos os estados, nós somos todos iguais: três representantes de cada estado. Não há diferenças. O centro-sul, por exemplo, tem a hegemonia política, tem a hegemonia econômica, tem a hegemonia de recursos humanos. O único ponto de coesão é o Senado Federal, no qual estão representantes iguais de cada um dos estados. Nele se defende o menor estado que seja. Nele o senador defende uma lei na qual seu estado não pode ser prejudicado; isso assegura a unidade nacional.

Por quatro vezes exerci a Presidência do Senado Federal sob o compromisso de sempre modernizar a Casa. Foi um desafio em que contei com o apoio do corpo de funcionários — que reputo dos melhores do Brasil — e com a dedicação de senadoras e senadores.

Ao corrigir os problemas de divulgação de nossas atividades, tarefa essencial para a publicidade, que é um postulado que vem da Constituição de 1824 (artigo 70), senti a necessidade de modernizar o nosso contato com a sociedade. Criamos então, em respeito à transparência e para a cidadania, a TV Senado, pioneira na transmissão da atividade parlamentar. Com ela o próprio comportamento dos senadores se modificou, com aumento significativo de suas participações em Plenário e comissões, também cobertas por nossos serviços de TV. Mas o mais importante é que o cidadão pode acompanhar, continuamente, o essencial do debate parlamentar, com a exposição dos assuntos de interesse dos estados e da Federação pelos senadores, com a discussão e votação de resoluções, projetos de lei, medidas provisórias, emendas constitucionais.

A partir dessa tomada de posição, prosseguimos na busca contínua de transparência dos trabalhos legislativos e das próprias atividades-meio da Casa. Assim, criamos o complexo de meios da Secretaria de Comunicação Social — **Jornal**, TV, Rádio, Agência, revista *Em Discussão!*, Alô Senado, DataSenado, programa de visitação, serviço de Publicidade, Portal de Notícias —, que atende a milhões de brasileiros. A TV Senado e a Rádio Senado funcionam 24 horas por dia. Há uma intensa e fértil interlocução com a sociedade.

O **Jornal do Senado** publica, desde 2014, uma seção mensal, o *Arquivo S*, com reportagens sobre a história do Brasil que, reunidas, são aqui apresentadas. Elas utilizam os arquivos do Senado Federal para mostrar os principais acontecimentos dos últimos 190 anos.

As reportagens, feitas por Ricardo Westin, resgatam o acervo do Arquivo do Senado e trazem a análise de historiadores e o testemunho de contemporâneos dos acontecimentos.

A memória das instituições é preservada não apenas para fins formais e técnicos, mas, sobretudo, para servir de referência para o presente e o futuro. Sem ela não poderíamos saber como os acontecimentos se passaram, suas causas e consequências. Divulgá-la é, assim, tarefa essencial.

Arquivo S — O Senado na história do Brasil é uma contribuição importante ao acesso da população à matéria armazenada em nossos arquivos e à participação do Senado Federal nos principais momentos da formação de nosso país.

	Página
Introdução	
• Uma viagem pela memória do Senado e do Brasil	12
Império - Falas do trono - 1823 a 1889	
• Discursos do imperador iam da abolição ao tombo da imperatriz	18
Império - Guerra do Paraguai - 1864 a 1870	
• 150 anos depois, guerra ainda é ferida aberta no Paraguai	28
República da Espada - Criação da bandeira nacional - 1889	
• Bandeira nacional enfrentou resistências até ser aceita	40
República do Café com Leite - 1ª eleição presidencial direta - 1894	
• No fim do século 19, pouco eleitor e muito candidato	47
República do Café com Leite - 1ª Guerra Mundial - 1914 a 1918	
• Senador foi crucial para entrada do Brasil na 1ª Guerra	60
República do Café com Leite - Palácio Monroe - 1925 a 1976	
• Que fim levou o Palácio Monroe?	66
República de 46 - Fundação da Petrobras - 1953	
• Criação da Petrobras rachou o Senado em 1953	76
República de 46 - Suicídio de Getúlio Vargas - 1954	
• Senado ficou perplexo ante suicídio de Getúlio, em 54	82
República de 46 - 1º título do Brasil em Copa do Mundo - 1958	
• Senadores vibraram na conquista da 1ª Copa	94
República de 46 - Mudança da capital para Brasília - 1960	
• Oposição fez campanha contra mudança para Brasília	100
Nova República - Morte de Tancredo Neves - 1985	
• Em 1985, a madrugada mais longa da República	108

Uma viagem pela memória do Senado e do Brasil

*Desde 2014, o **Jornal do Senado** publica uma seção mensal com base nos documentos antigos e de valor incalculável que estão guardados no Arquivo da Casa e ajudam contar os principais episódios da história do país*



Quando os primeiros senadores do Brasil tomaram posse, em 1826, eles tiveram de fazer um juramento público “aos Santos Evangelhos”, no Paço do Senado, no Rio de Janeiro. Cada um deles prometeu “ser leal ao imperador” e “manter a religião católica apostólica romana”.

Escrito há dois séculos, com caneta tinteiro, o documento original contendo o juramento dos senadores do Império é um dos inúmeros papéis de valor incalculável que estão sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília. Está entre os documentos mais antigos do acervo.

Em 2014, o **Jornal do Senado** criou uma seção mensal que explora a riqueza histórica desses papéis. A seção *Arquivo S* é publicada sempre na primeira segunda-feira de cada mês, com reportagens que apresentam documentos importantes que estão guardados no Arquivo do Senado e ajudam a compreender a história do Brasil.

O acervo está protegido em salas com controle de temperatura e umidade, de modo a impedir a proliferação de fungos que, com o passar do



LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO

Funcionária do Arquivo do Senado mostra documentos do Império: enfileirados como livros numa estante, acervo completo cobriria seis vezes a extensão da Avenida Paulista

tempo, danificam os papéis. São documentos tão delicados que só podem ser tocados com luvas.

O Arquivo do Senado preserva o pronunciamento que dom Pedro I fez na abertura dos trabalhos do Senado e da Câmara dos Deputados, numa cerimônia na manhã de 6 de maio de 1826, um sábado, no Paço do Senado. No discurso, ele disse que sentira “pesar” em 1823 ao dissolver a Assembleia Nacional Constituinte.

A Assembleia foi criada com o objetivo de redigir a primeira Constituição do Brasil, um ano após a Independência. No anteprojeto em gestação, porém, os constituintes dariam ao imperador menos poderes do que ele esperava. Dom Pedro I reagiu ordenando às tropas que invadissem a Assembleia. O episódio entrou para a história como Noite da Agonia. Ele, então, formou uma comissão com gente de sua confiança para propor um texto constitucional exatamente a seu gosto — prevendo, ao lado do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, o Poder Moderador, que garantia poderes absolutos ao monarca.

O Poder Legislativo, que havia sido extinto em 1823, após poucos meses de existência, só voltaria a nascer naquele sábado de 1826, quando o imperador fez o discurso no Senado. Explica Antonio Barbosa, consultor legislativo aposentado do Senado e historiador da Universidade de Brasília (UnB):

— Não é de se estranhar que dom Pedro I tenha dito que havia dissolvido a Assembleia com “pesar”. O discurso político sempre foi assim. O imperador participava da instalação do Poder Legislativo e, naturalmente, falou tudo o que pôde em louvor ao Legislativo. Ele se penitenciou de ter fechado a Assembleia, mas não de ter feito uma Constituição do seu jeito. A penitência nada mais foi do que uma retórica do jogo político.

Entre os documentos mais valiosos guardados no Arquivo do Senado, está a Lei Áurea, de libertação dos escravos, assinada em 1888 pela princesa Isabel. Também estão nas salas climatizadas do Arquivo os projetos de lei que tramitaram nestes quase 200 anos de história da Casa, as atas de reuniões dos senadores e os relatórios produzidos pelas comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Se todos os papéis do Arquivo fossem enfileirados, como numa estante de livros, eles se estenderiam por 16 quilômetros — seis vezes a extensão da Avenida Paulista, quatro vezes a da Praia da Copacabana ou toda a

extensão do Plano Piloto de Brasília. Em cada mês, a seção *Arquivo S* trata de um episódio histórico diferente.

Wênis de Almeida Batista, coordenador do Arquivo do Senado, diz que os documentos arquivados servem tanto ao Senado quanto à história:

— Os documentos que guardamos são produzidos como parte das atividades legislativas e administrativas do Senado. Com o passar do tempo, eles acabam se transformando em retratos históricos do Senado e, mais do que isso, do Brasil.

De acordo com Jorge Vivar, coordenador do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), arquivos como o do Senado, além de preservarem a memória do país, são “agentes proativos de cidadania”:

— Com as recentes Comissões da Verdade, que se debruçaram sobre a ditadura militar, os arquivos ganharam uma importância imensa. Por meio dos papéis que eles guardam, a sociedade pôde conhecer a verdade e fazer justiça.



Um senador do Império pintado pelo artista francês Jean-Baptiste Debret

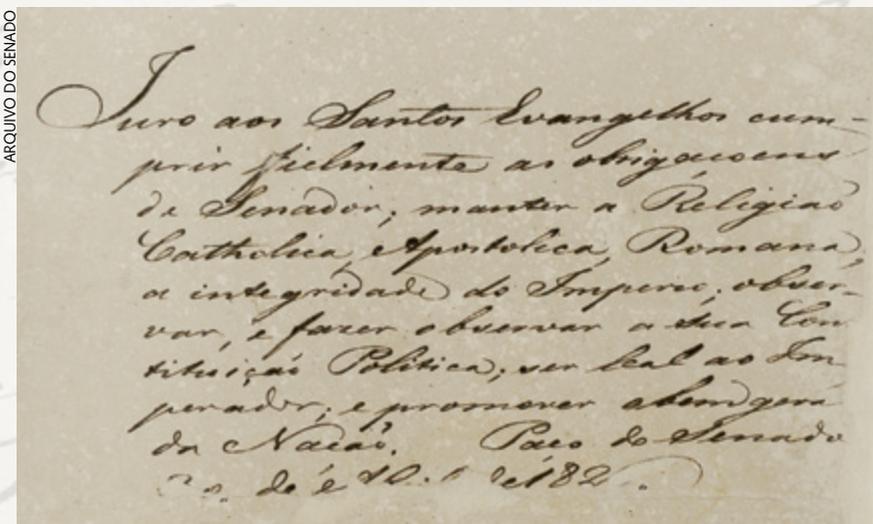
O Senado ontem e hoje

Há muitas diferenças entre o Senado do Império e o de hoje. Cabia ao imperador decidir qual dos três mais votados em cada província se tornaria senador (a eleição agora é direta). Os senadores só eram substituídos quando renunciavam ou morriam (hoje há mandato, de oito anos).

Para tornar-se senador, o político precisava ter pelo menos 40 anos (atualmente são 35 anos) e comprovar no mínimo 800 mil réis de renda anual (a exigência de renda foi extinta). O juramento de posse também era distinto. Os primeiros senadores, segundo um documento da época guardado no Arquivo do Senado, diziam o seguinte: “Juro aos Santos Evangelhos cumprir fielmente as obrigações de senador, manter a religião católica apostólica romana, a integridade do Império, observar e fazer observar a sua Constituição Política, ser leal ao imperador e promover o bem geral da nação”.

Hoje, não há referência a religião. Explica o historiador Antonio Barbosa, da Universidade de Brasília (UnB):

— O catolicismo era a religião oficial do Brasil. O Estado não era laico. Para ocupar cargos públicos, votar e ser votado, o cidadão tinha que ser católico. Como comparação, é o que ocorre hoje no Irã. O país se chama República Islâmica do Irã. O Brasil só deixou de ter religião oficial ao se tornar República.



Documento histórico do Arquivo do Senado que contém o juramento de posse dos primeiros senadores, em 1826



Discursos do imperador iam da abolição ao tombo da imperatriz

Com discursos solenes, chamados de falas do trono, os imperadores Pedro I e Pedro II e os regentes abriam e encerravam o ano de trabalho dos senadores e deputados. Os papéis originais estão no Senado e foram tombados pela Unesco



Sempre no primeiro dia do ano legislativo, o presidente da República cumpre o dever imposto pela Constituição e envia ao Congresso Nacional a mensagem presidencial. Trata-se do documento em que o governo faz um balanço do ano que se encerrou e enumera as prioridades do país para o ano que se inicia.

O ritual é mais antigo do que se imagina. Foi dom Pedro I quem o inaugurou, dois séculos atrás, em 1823. O documento se chamava fala do trono. Hoje, o presidente da República apenas remete a mensagem ao Poder Legislativo. No período imperial, o monarca comparecia ao Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio, e proferia a fala do trono numa concorrida cerimônia, deixando claro o que esperava dos senadores e deputados naquele ano.

Na abertura dos trabalhos legislativos de 1826, por exemplo, dom Pedro I pediu aos parlamentares:

— Deve merecer-vos sumo cuidado a educação da mocidade de ambos os sexos.

O Brasil oferecia escola apenas para os meninos. A palavra do imperador foi decisiva. No ano seguinte, o Senado e a Câmara aprovaram uma lei determinando que se instalassem “escolas de primeiras letras” para meninas nas cidades mais populosas.

Dom Pedro II herdou a tradição das falas do trono. Em 1853, ele apresentou outra prioridade:

— Recomendo-vos a criação de um banco, solidamente constituído, que dê atividade e expansão às operações do comércio e indústria.

Naquele momento, apenas bancos privados operavam no Império. O Banco do Brasil, fundado por dom João VI em 1808, não suportara as polpudas retiradas feitas pela corte portuguesa antes do regresso para Lisboa e acabara indo à bancarrota em 1829. Faltava um banco estatal. Passados dois meses da fala do trono, os senadores e deputados avalizaram a criação do segundo Banco do Brasil, o mesmo que existe até hoje.

Nos nove anos entre a abdicação de dom Pedro I e a subida de dom Pedro II, os pronunciamentos foram proferidos pelos regentes, entre eles o padre Feijó. Nas ocasiões em que o segundo monarca esteve fora do Brasil, a missão de falar aos parlamentares coube à princesa Isabel. Os discursos invariavelmente começavam com o vocativo “augustos e digníssimos senhores representantes da nação”.

Pouco antes da queda da Monarquia, as folhas lidas pelos imperadores e regentes foram encadernadas num volume único. Hoje amarelada pelo tempo, a versão original do livro *Falas do Trono* está sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília, protegida numa sala com controle de temperatura e umidade.

A Unesco (braço da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) reconheceu em 2014 o valor histórico do livro *Falas do Trono* e o incluiu na lista brasileira do Programa Memória do Mundo.

Só entram na lista documentos e arquivos que sejam únicos ou raros, tenham grande significado social, mereçam ser difundidos e exijam cuidados de conservação para não se perderem.

No Brasil, a Unesco também reconhece, por exemplo, o diário das viagens de dom Pedro II, o acervo documental da Guerra do Paraguai e os arquivos de Machado de Assis.

O Programa Memória do Mundo é repetido em vários países. Na Alemanha, a Unesco tombou a *Bíblia* de Gutenberg. Em Portugal, a carta de Pero Vaz de Caminha narrando a descoberta do Brasil.

A leitura das falas do trono leva a uma viagem panorâmica pelas quase sete décadas do Brasil monárquico. Além das prioridades para o ano, o soberano falava da situação interna do Império e das relações com outros países. Em 1826, dom Pedro I citou a guerra pela província Cisplatina (atual Uruguai):

— A província Cisplatina é a única que não está em sossego, pois homens ingratos e que muito deviam ao Brasil contra ele se levantaram e hoje se acham apoiados pelo governo de Buenos Aires, atualmente em luta



O imperador dom Pedro II retratado na fala do trono pelo pintor Pedro Américo: coroa, cetro, manto e murça de penas de papo de tucano

contra nós. A honra nacional exige que se sustente a província Cisplatina, pois está jurada a integridade do Império.

Em 1831, dom Pedro I abdicou e voltou para Portugal. O príncipe dom Pedro II, um menino de apenas 5 anos, não poderia ser coroado. Instalou-se, então, um governo de regentes, que conduziria o Império até a maioridade. Na primeira fala do trono no período, os três regentes provisórios frisaram o fato de Pedro II ser brasileiro, e não português como Pedro I, o que permitiria a consolidação da Independência:

— Não foi só solene esse dia [o da aclamação de Pedro II]. Ele se fez também memorável pelo contentamento geral e demonstrações não equívocas do intenso amor e respeito com que o povo saúda o seu novo monarca, ainda infante, genuíno brasileiro e sagrado objeto da sua patriótica veneração.

Na década dos regentes, as falas do trono abordaram as rebeliões que incendiavam o país. A Cabanagem, no Grão-Pará, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, foram citadas pelo padre Feijó em 1836. De acordo com ele, “o vulcão da anarquia” ameaçava “devorar o Império”:

— Do Pará, faltam notícias modernas. Por bem ou por mal, será a cidade de Belém arrancada às feras que a dominam. A sedição [insurreição] de Porto Alegre foi tão rápida que em poucos dias compreendeu a província inteira. O governo tem deixado entrever aos sediciosos que, no caso de contumácia [insistência], porá em movimento todos os recursos para sujeitá-los à obediência.

As convulsões do período acabaram forçando a antecipação da maioridade de dom Pedro II. Apostava-se na figura do jovem monarca como capaz de pacificar o Império. Em vez dos 18 anos, ele assumiu o poder aos 14, em 1840. Dom Pedro II fez seu primeiro pronunciamento aos senado-

res e deputados no final daquele ano — as falas do trono eram proferidas também no encerramento do ano legislativo.

— A resolução, por vós tomada e aplaudida pelos meus fiéis súditos em todo o Império, de apressar a época de minha maioridade, confio, senhores, que produzirá os mais salutares efeitos para a causa pública — disse ele.

A Guerra do Paraguai foi o tema dominante nas falas do trono entre 1865 e 1870. Em 1866, dom Pedro II comemorava o avanço das tropas aliadas sobre o solo paraguaio:

— Deploro profundamente as vidas preciosas sacrificadas nesta guerra, mas é indizível meu orgulho contemplando o heroísmo que acompanha o nome brasileiro e a glória que imortaliza a memória de tantos bravos. As bandeiras aliadas já tremulam no território inimigo. Espero ver em pouco tempo terminada a guerra.

A previsão não se confirmou. A Guerra do Paraguai ainda se arrastaria por mais quatro anos.

A gradual eliminação da escravidão, o tema mais sensível da Monarquia, apareceu em diversas falas do trono. Chama a atenção o uso dos eufemismos. Diante dos parlamentares, dom Pedro II se referia aos negros como “elemento servil”.

— O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação — afirmou ele em 1867.

O excessivo cuidado com as palavras tem explicação. Os ouvintes da fala do trono — senadores, deputados, ministros e nobres — eram, em grande parte, latifundiários, a quem não interessava a “emancipação do elemento servil”. Dom Pedro II não podia atropelar a classe social que dava sustentação ao Império. Os parlamentares aprovariam a Lei do Ventre Livre só em 1871. A Lei dos Sexagenários, em 1885. A Lei Áurea, em 1888.

O termo fala do trono não é apenas metafórico. O imperador lia o discurso de um trono posicionado com destaque no Palácio Conde dos Arcos. Era uma das poucas ocasiões em que dom Pedro II se paramentava com a coroa, o cetro, o manto e a murça feita de penas de papo de tucano.

Havia todo um cerimonial. Uma delegação de senadores e deputados

Dom Pedro I assinava as falas do trono identificando-se só como imperador, sem o nome

recepcionava o monarca na porta do palácio. A família imperial era acomodada num camarote à direita do trono. Ao contrário de outros rituais, como o beija-mão, que acabaram sendo abandonados com o passar das décadas, a fala do trono resistiu até o fim do Império.

De acordo com Marcos Magalhães, historiador e consultor legislativo do Senado, o ritual das falas do trono foi importante na consolidação do Brasil, recém-emancipado, como nação:

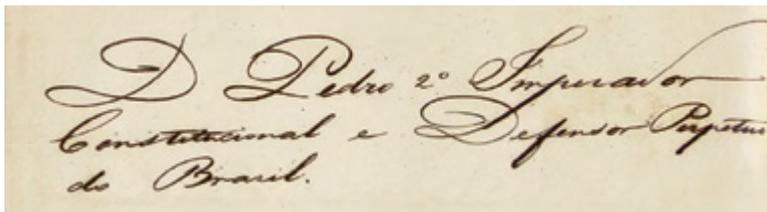
— Para se consolidar, uma nação precisa ser construída também no imaginário coletivo. As imagens e os rituais, como as falas do trono, são fundamentais nesse processo.

Até mesmo episódios hoje menores da história surgiam nas falas do trono. Em 1875, dom Pedro II comentou a Revolta do Quebra-Quilos, em quatro províncias do Nordeste. O Império havia adotado o sistema métrico, mas parte da população se recusou a abandonar as incontáveis e ultrapassadas medidas usadas desde a Colônia, como a braça, a légua, o grão e a onça.

— Bandos sediciosos, em geral movidos por fanatismo religioso e preconceitos contra a prática do sistema métrico, assaltaram as povoações, destruindo os arquivos de algumas repartições públicas e os padrões dos novos pesos e medidas. Felizmente, sufocou-se de pronto o movimento criminoso.

De acordo com o historiador da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Juarez José Tuchinski dos Anjos, autor de um estudo sobre as questões educacionais nas falas do trono, o tom dos pronunciamentos deixa transparecer que os dois monarcas tinham temperamentos quase opostos:

— Dom Pedro I, que conduziu a Independência do Brasil e enfrentou muita oposição, tinha um espírito centralizador e autoritário. Dom Pedro II, que chegou ao poder em meio a revoltas e agitações políticas, mostrava-se apaziguador e conciliador.



ARQUIVO DO SENADO

A assinatura de Pedro II numa fala do trono: “defensor perpétuo do Brasil”

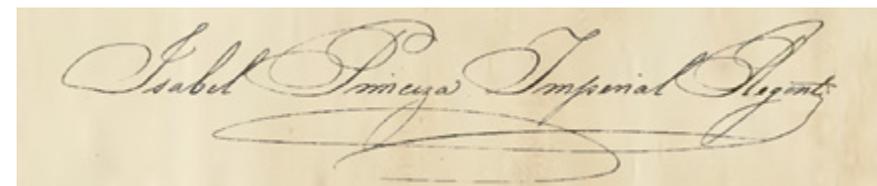
Isso fica claro na reação dos imperadores às críticas. Em 1829, dom Pedro I queixou-se aos parlamentares do excesso de liberdade de imprensa no Império e pediu que se reprimissem os “abusos” dos jornais. Dom Pedro II, ao contrário, sabia conviver com a imprensa hostil. Eram frequentes nas páginas da *Revista Ilustrada* charges mostrando o monarca senil, desinteressado da política e manipulado por seus conselheiros. Nem sequer as falas do trono escapavam da pena zombeteira da revista.

Pelas falas do trono, percebe-se a paixão que o segundo imperador nutria pelas novidades tecnológicas. Em 1872, anunciou que seria instalado um cabo telegráfico submarino conectando o Brasil à Europa. Ele chamou o telégrafo de “tão maravilhoso instrumento da atividade do nosso século”. Em 1873, comentou a participação brasileira na Exposição Universal de Viena, onde o Império exibiu seus “adiantamentos” e a “riqueza do território”.

Sempre que havia notícias na família imperial, elas eram anunciadas nas falas do trono. Em 1826, a imperatriz Leopoldina morreu. Dom Pedro I disse que uma “dor veemente” se apoderara de seu “imperial coração”. Quatro anos depois, ele comunicaria aos parlamentares que havia acabado de se casar com sua segunda mulher, “a sereníssima princesa dona Amélia”. Em 1845, nasceu o primeiro filho de dom Pedro II, dom Afonso. O imperador anunciou:

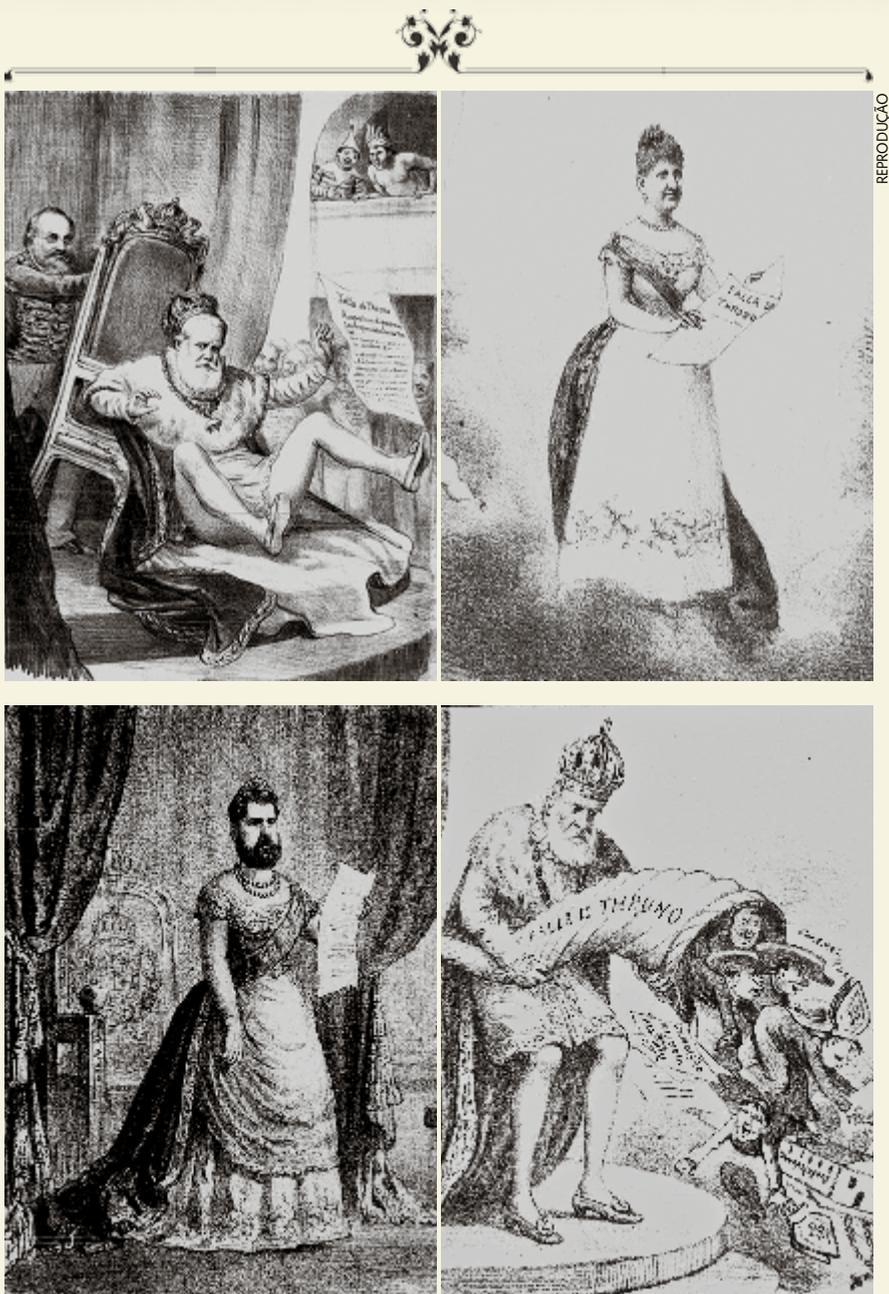
— Este primeiro fruto com que o céu abençoou o meu imperial tálamo [casamento], enchendo de delícias o meu coração, já como pai, já como monarca, satisfez igualmente os ardentes votos de toda a nação brasileira, que me ama e sinceramente deseja a perpetuidade da dinastia do fundador do Império.

O príncipe dom Afonso, porém, morreria com apenas 2 anos de idade. Em 1847, o imperador deu a notícia aos parlamentares afirmando que seu “paternal coração” estava “ulcerado”.



ARQUIVO DO SENADO

A assinatura delicada da princesa contrasta com a letra firme do pai e do avô



REPRODUÇÃO

Charges da *Revista Ilustrada*: a fala do trono redigida pelos ministros põe dom Pedro II em situação embaraçosa; Isabel pede a aprovação da Lei Áurea; ministro lê discurso no lugar da princesa; e a religião como tema recorrente do monarca

No final de 1885, a imperatriz Teresa Cristina levou um tombo e quebrou um braço. Na abertura dos trabalhos do ano seguinte, dom Pedro II avisou que ela já se achava, “felizmente, restabelecida” e agradeceu os “testemunhos de afeto”.

As referências a Deus eram constantes. Em 1850, o imperador afirmou que uma “febre epidêmica” se espalhava pelo litoral e pediu à “divina misericórdia” que livrasse “para sempre do Brasil semelhante flagelo”. Em 1860, ele disse que a grave seca que castigava parte das províncias do Norte — como se chamava o Nordeste — vinha diminuindo “graças à providência divina”.

O historiador Mauro Henrique Miranda de Alcântara, professor do Instituto Federal de Rondônia, fez um estudo sobre as referências à escravidão nas falas do trono. De acordo com ele, ainda há nesses pronunciamentos farta e inexplorada matéria-prima à espera dos pesquisadores:

— Os historiadores que se dedicam ao Império sempre recorrem às falas do trono para buscar informações sobre pontos muito específicos, como a abolição da escravidão. Por um lado, há questões recorrentes nos pronunciamentos que ainda não foram esmiuçadas, como as epidemias e as secas. Por outro lado, falta uma pesquisa mais ampla, que esquadrinhe todo o conjunto das falas do trono.



Assista a vídeo da Agência Senado: <http://bitly.com/falasdotrono>
Ouça reportagem da Rádio Senado: http://bit.ly/radio_falas

150 anos depois, guerra ainda é ferida aberta no Paraguai

No país, ditador Solano López, que deu início ao conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai, é adorado como herói nacional. Segundo historiadores, imagem deturpada foi criada pelas ditaduras militares que se sucederam em Assunção no século 20



Para os paraguaios, não existe herói maior do que Francisco Solano López, o ditador que há 150 anos invadiu o Brasil e deflagrou a Guerra do Paraguai (1864–1870). As deferências se espalham pelo país. Solano López dá nome a cidade, rodovia, ruas, praças, hospitais, colégios.

A principal via de Assunção é a Avenida Mariscal López (*mariscal* é o termo em espanhol para marechal). As homenagens vão de academia de taekwon-do a parque de diversões, de shopping center a time de futebol.

O rosto do ditador aparece na moeda de mil guaranis. Faz sucesso entre os adolescentes uma camiseta que, numa licença histórica, retrata o *mariscal* e Che Guevara lado a lado.

— Solano López se transformou numa religião cívica — resume Herib Caballero Campos, historiador da Universidade Nacional de Assunção e autor do livro *El País Ocupado* (sem edição em português).

É um culto contraditório. A herança de Solano López foram a derrota e a humilhação. O país ficou em ruínas, e pedaços do território foram perdidos para os países vencedores. Estima-se que 75% da população paraguaia tenha morrido nos cinco anos do conflito, seja no front, seja por fome e doenças. A Guerra do Paraguai é o conflito mais sangrento já visto na América Latina.

A guerra derivou das tensões diplomáticas na região do Rio da Pra-



Pintura de Victor Meirelles retrata a Batalha do Riachuelo, um dos embates decisivos da Guerra do Paraguai

ta. O Paraguai cultivava estreitas relações com o Uruguai, pois o comércio exterior paraguaio dependia do porto de Montevideú, mas mantinha um pé atrás em relação ao Brasil e à Argentina, vistos como expansionistas.

O frágil equilíbrio se rompe em outubro de 1864, quando o Brasil invade o Uruguai para intervir numa guerra civil local. O Paraguai protesta, temendo perder o aliado. Como dom Pedro II ignora as reclamações, o *mariscal* toma duas medidas radicais. Em novembro, confisca o navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava pelo Rio Paraguai, na altura de Assunção, rumo a Cuiabá. Em dezembro, manda suas tropas atacarem a província de Mato Grosso. A guerra está declarada.

No Uruguai, a guerra civil termina com a queda do governo pró-Paraguai. A Argentina se vê envolvida no jogo em abril de 1865, após tropas paraguaias invadirem a província de Corrientes. Em maio, o Brasil, a Argentina e o Uruguai formam a Tríplice Aliança, com o intuito de derrubar Solano López. No Paraguai, o conflito é chamado de Guerra da Tríplice Aliança.

O *mariscal* chega a obter vitórias no início, mas logo passa a colecionar apenas derrotas. No final, ele se vê obrigado a convocar até crianças e anciãos às armas.

Documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que os senadores do Império descreviam Solano López como “tirano” e o comparavam a Napoleão Bonaparte, o imperador francês que tentou dominar a Europa.

Numa sessão em 1868, um senador leu um documento em que o paraguaio aparecia como “marechal López”. Houve risos. Os senadores sabiam que ele fora alçado por decreto ao degrau mais alto da hierarquia militar. Preferiam chamá-lo de “general López”.

Em janeiro de 1869, as tropas brasileiras ocupam Assunção. Em março de 1870, Solano López é descoberto nas montanhas do norte do país e morto na Batalha de Cerro Corá.

Terminado o conflito, a lembrança que os paraguaios, traumatizados, guardaram de Solano López foi a do déspota que arrastou o país para uma



guerra catastrófica. A imagem oposta seria idealizada mais tarde, pelos ditadores que se sucederam em Assunção ao longo do século 20. O *mariscal* passou a ser incensado como um bravo líder que lutou por anos para defender os compatriotas e no final deu a própria vida em sacrifício.

— Era a ditadura moderna buscando se legitimar por meio da ditadura do passado. O ditador do momento se apresentava como a continuidade da luta de Solano López pela soberania do Paraguai — explica Thomas Whigham, historiador da Universidade da Geórgia (EUA) e autor de *La Guerra de la Triple Alianza* (sem edição em português).

Em 1936, a ditadura do coronel Rafael Franco inaugurou o Panteão Nacional dos Heróis e nele abrigou os restos mortais do *mariscal*. Em 1978, o general Alfredo Stroessner patrocinou as filmagens do épico *Cerro Corá*, que cristaliza a imagem de mártir. O cartaz promocional anuncia “uma história de amor, coragem e sacrifício”. O filme é exibido até hoje na TV.

A mesma visão romantizada chegou ao Brasil e à Argentina nos anos 1960. Argumentava-se que a guerra fora tramada por Londres, que supostamente não estava gostando de ver o Paraguai se industrializar sem depender das manufaturas inglesas. A Tríplice Aliança teria sido usada como marionete da Inglaterra.

A versão foi ensinada nas salas de aula brasileiras e argentinas até os anos 1990, quando os historiadores enfim se deram conta de que ela não passava de ficção. Primeiro, o Paraguai não tinha nenhuma indústria relevante. Depois, se a Inglaterra queria transformar o país em mercado

consumidor, não fazia sentido incitar uma guerra que dizimaria a população. Por fim, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra estavam rompidas quando a guerra estourou, por causa da chamada Questão Christie.

Hoje se entende que essa interpretação era uma forma sutil de atacar as ditaduras que, apoiadas pelos Estados Unidos, governaram o Brasil e a Argentina nos anos 1960 e 1970. Por um lado, atingia-se o imperialismo — o inglês e o americano. Por outro, criticavam-se os militares — tanto

os que destroçaram o Paraguai quanto os que haviam tomado o poder em Brasília e Buenos Aires.

O Paraguai se tornou um país democrático em 1989, com a queda de Stroessner. No entanto, o culto a Solano López permanece. Uma explicação é o fato de os horrores do conflito estarem até hoje presentes na memória coletiva, como uma ferida não cicatrizada. A existência de um herói, ainda que irreal, serve de alento.

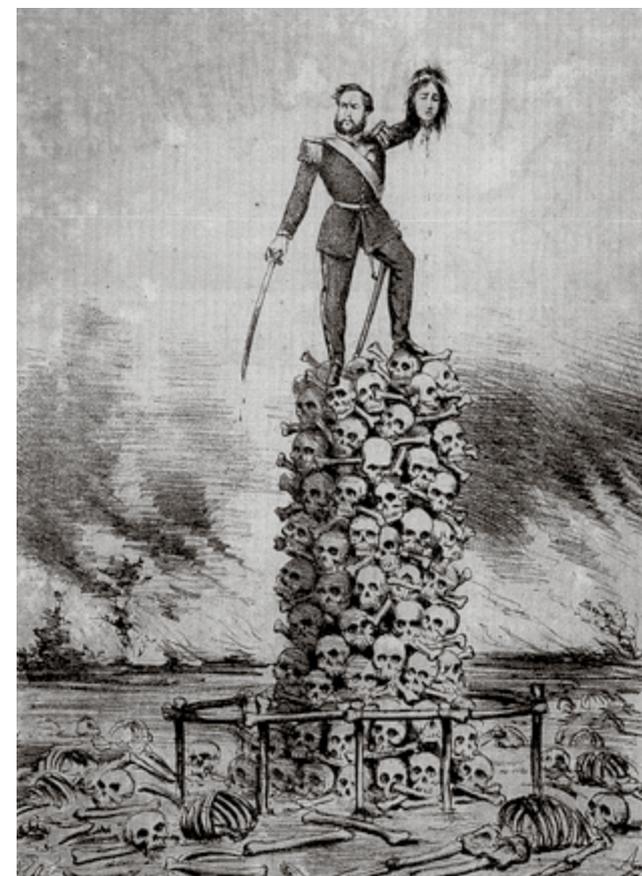
Outra explicação é o fato de não ter havido liberdade acadêmica durante os 35 anos da ditadura Stroessner. Professores e pesquisadores que questionaram a versão oficial da história chegaram a ser presos e exilados.

Os alunos paraguaios sabem de cor o nome das batalhas. É provável que conheçam mais que os brasileiros o conde d’Eu — o marido da princesa Isabel foi comandante das tropas do Império. Entre as datas oficiais do

REPRODUÇÃO



O *mariscal* Solano López aparece como herói em selo dos correios do Paraguai



REPRODUÇÃO

Solano López é retratado como vilão em caricatura da revista *A Vida Fluminense*, em 1869

país, estão o Dia dos Heróis Nacionais, 1º de março, quando Solano López foi morto, e o Dia das Crianças, 16 de agosto, quando centenas de meninos soldados morreram na Batalha de Acosta Ñu.

Em 2014, um grupo de deputados do Paraguai apresentou um projeto de lei que, sendo aprovado, agregará mais uma data cívica ao calendário: o Dia de Luto Nacional pelo Genocídio do Povo Paraguaio, em 12 de agosto, quando se travou a Batalha de Piribebuy.

O ponto mais conhecido da batalha é o incêndio de um hospital paraguaio que resultou na morte dos que estavam internados. De acordo com a versão paraguaia, o conde d'Eu ordenou o atentado. Para historiadores brasileiros, as chamas foram provocadas pelas faíscas das armas e se espalharam pelas paredes de madeira do hospital.

Afirma o deputado Ricardo González, um dos autores do projeto de lei:

— Os paraguaios gostam de refletir sobre o passado. O *mariscal* López e a Guerra da Tríplice Aliança são temas onipresentes.

Na avaliação do historiador Ricardo Salles, autor de *Guerra do Paraguai — escravidão e cidadania na formação do Exército* (editora Paz e Terra), a população paraguaia foi, sim, aniquilada, mas não se pode falar em genocídio:

— Ainda que tenham ocorrido degolas, fuzilamentos e outras barbaridades, o Brasil não atacou o Paraguai com o objetivo de exterminar a população. Foi uma guerra. E as mortes não podem ser creditadas integralmente ao Brasil. No final, Solano López recrutava qualquer um que tivesse entre 12 e 60 anos. Pessoas morreram de fome porque soldados dos dois lados confiscaram o gado e a colheita.

O historiador Francisco Doratioto, autor de *Maldita Guerra — nova história da Guerra do Paraguai* (Companhia das Letras), diz que é absurdo ver Solano López como herói:

— Ele sacrificou um país inteiro inutilmente. O herói foi o povo paraguaio, que acreditou na história de que a independência do país era ameaçada pelo Brasil e pela Argentina. O paraguaio atendeu à convocação para pegar em armas e lutou bravamente, mas pagou um preço alto demais.



Conflito foi feito às apalpadelas, afirmou Caxias no Senado

Em julho de 1870, o duque de Caxias, senador vitalício pelo Partido Conservador desde 1845, subiu à tribuna do Senado para fazer uma prestação de contas de seu trabalho como comandante das tropas aliadas na recém-concluída Guerra do Paraguai.

Na prática, tratou-se mais de uma resposta às inúmeras acusações feitas pelos senadores do Partido Liberal enquanto ele esteve na guerra. Os adversários criticaram, por exemplo, a lentidão com que os soldados tomaram a Fortaleza de Humaitá e ocuparam Assunção. Caxias disse:

— Senhores, não há nada mais fácil do que criticar operações e indicar planos mais vantajosos depois de os fatos estarem consumados, de longe e com sangue frio. Mas o mesmo não acontece a quem se acha no teatro das operações, caminhando nas trevas, em um país inteiramente desconhecido e inçado de dificuldades naturais.

No pronunciamento, Caxias lembrou que não existiam mapas do Paraguai nem pessoas de confiança que conhecessem os acidentes geográficos do país:

— É preciso que os nobres senadores se convençam de que a Guerra do Paraguai, desde o seu começo, foi feita às apalpadelas. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para poder dar um passo.

Caxias era um militar brilhante, célebre por sufocar movimentos revoltosos como a Balaiada, no Maranhão, e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Quando foi convocado para comandar as tropas na Guerra



Caxias: senador atuou na guerra

do Paraguai, em 1866, era marquês. O título de duque seria dado por dom Pedro II em 1869.

O senador foi chamado para os campos de batalha porque o comando anterior dava mostras de que não conseguiria vencer Solano López. No discurso no Senado, Caxias disse que encontrou as tropas num estado lamentável. Elas estavam divididas em dois corpos completamente diferentes, inclusive com soldos, critérios de promoção e uniformes próprios. Segundo ele, “pareciam pertencer a nações diferentes”.

O comandante resolveu o problema da falta de cavalos para os soldados e providenciou lugares seguros para se trancafiarem os prisioneiros de guerra. Antes, contou ele no Senado, os detidos eram simplesmente mantidos “no meio do campo, cercados de sentinelas”. Com a guerra em curso, Caxias fez uma reforma no Exército.

Após a tomada de Assunção, na virada de 1868 para 1869, Caxias, com a saúde debilitada, retirou-se da guerra.

Naquele momento, os militares cotados para a missão ocupavam postos políticos. Se dom Pedro II escolhesse um liberal, provocaria a ira dos conservadores — e vice-versa.

O imperador acabou optando pelo conde d’Eu, marido da princesa Isabel, por ser uma figura politicamente neutra. Nascido na França, ele havia adquirido experiência militar em campos de batalha no Marrocos, antes de se mudar para o Brasil.



Bisneto de Solano López pede ao Brasil que devolva canhão

Miguel Solano López é um dos bisnetos de Francisco Solano López, o presidente paraguaio na época da guerra. De acordo com ele, “para que as feridas se cicatrizem no Paraguai”, o Brasil precisa devolver um canhão que foi levado como troféu de guerra e atualmente está exposto no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A arma é conhecida como canhão cristão, por ter sido feita com o metal dos sinos das igrejas de Assunção.

O Itamaraty, porém, afirma que não há “negociação em curso sobre o assunto ou pedido oficial por parte do governo do Paraguai”.

Miguel Solano López é o embaixador do Paraguai em Londres. Na entrevista ao **Jornal do Senado**, ele fez questão de frisar que falava não como diplomata, mas como “descendente do personagem mais famoso da história do Paraguai”. A seguir, trechos da entrevista:

“Considero a expressão Guerra do Paraguai ofensiva, porque dá a entender que foi o Paraguai que provocou o conflito. Prefiro chamar o conflito de Guerra da Tríplice Aliança. O paraguaio se sente ofendido até o fundo da alma quando se insiste em dizer que ele foi o culpado e que os aliados foram inocentes. O conflito foi provocado pelo Brasil.

Francisco Solano López era um homem de paz, tanto que sempre buscou assegurar a independência do Uruguai. O Paraguai enfrentava problemas para usar o porto de Buenos Aires. Por isso, o acesso ao porto de Montevideu era questão de vida ou morte. O Paraguai tinha um acordo com o Brasil pelo qual ambos se tornaram garantidores da independência do Uruguai. Em 1864, com a revolução, subiu ao poder em Montevideu um governo apoiado pela Argentina. O Brasil, porém, negou-se a garantir a independência uruguaia. É então que surge a situação de guerra entre Brasil e Paraguai.

A guerra não foi favorável ao Paraguai, mas os paraguaios veem o duque de Caxias com profundo respeito, porque ele era um homem integralmente militar. Quando as tropas aliadas tomam Assunção, Caxias considera a guerra terminada. Para dom Pedro II, porém, a guerra só acabaria com a morte de Francisco Solano López. É então que chega o conde d’Eu, que comandou as tropas no último ano da guerra. Foi nesse ano que o

Paraguai foi completamente destruído.

Quando me perguntam por que os paraguaios conhecem mais a guerra que brasileiros, argentinos e uruguaios, a resposta é simples: o Paraguai nunca conseguiu se recuperar completamente de toda aquela



DIVULGAÇÃO/MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

O canhão, hoje no Rio, foi feito com metal de igrejas de Assunção

destruição. Compare com a 2ª Guerra Mundial. Os aliados, logo depois, fizeram um esforço para recuperar os países derrotados. A Alemanha e o Japão ressurgiram em poucos anos. No caso do Paraguai, mesmo passados 150 anos, isso nunca aconteceu.

O Uruguai e a Argentina já deram passos importantes em direção à reconciliação. Em Montevideu, existe uma estátua de Francisco Solano López a cavalo. O presidente argentino Juan Domingo Perón devolveu relíquias ao Paraguai. Recentemente, Cristina Kirchner batizou um regimento do Exército argentino com o nome de Francisco Solano López.

O Brasil, no governo de João Figueiredo, restituiu a espada que Solano López tinha na mão no momento de sua morte. Mas falta entregar o canhão cristão, que, dos troféus de guerra, é o mais caro aos paraguaios. Quando isso ocorrer, não tenho dúvidas de que as cicatrizes no Paraguai se cicatrizarão. A iniciativa da reconciliação deve partir do Brasil, que foi o vencedor, não do Paraguai.



Assista a vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/GuerraParaguai>
Ouça reportagem da Rádio Senado: http://bit.ly/radio_guerradoparaguai



Bandeira nacional enfrentou resistências até ser aceita

Ao longo das primeiras décadas da República, vários projetos de lei tentaram desfigurar o modelo atual da bandeira, feito em 1889. Principal crítica era aos dizeres "Ordem e Progresso", lema da Igreja Positivista



Em junho e julho de 2014, a bandeira verde e amarela se multiplicava pelo Brasil. Era plena Copa do Mundo e ela surgia nos muros, nos carros, nas roupas, nas janelas das casas. Poucas imagens conseguem ser tão fortes a ponto de mexer com a emoção dos brasileiros. Nem sempre foi assim. A bandeira, criada no final do século 19, levou décadas até cair de vez no gosto do país.

Em 19 de novembro de 1889, quatro dias após o golpe que enterrou a Monarquia, o presidente Deodoro da Fonseca assinava um decreto com a descrição da sucessora da bandeira imperial. É por isso que o Dia da Bandeira se festeja em 19 de novembro. O modelo era praticamente idêntico ao atual. Em vez das 27 estrelas de hoje, havia 21 — o número dos estados de então mais a capital do país.

Documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que as críticas não tardaram. Em dezembro de 1890, um mês após a abertura do Congresso Constituinte, encarregado de aprovar a primeira Constituição da República, o deputado Francisco Coelho Duarte Badaró (MG) subiu à tribuna para queixar-se:

— Na bandeira se encontra um atentado contra as nossas tradições. Criminosamente lançaram nela um dístico que não quadra com as nossas ideias, que pertence a uma seita absurda.

Badaró se referia aos dizeres “Ordem e progresso”. Trata-se da máxima do positivismo, mistura francesa de religião com filosofia bastante em voga entre os militares que destronaram dom Pedro II. Para o deputado, era inadmissível a menção à “seita”:

— Essa provocação tem impedido que o povo brasileiro, desde as primeiras até as últimas camadas, corra a abraçar a bandeira.

Desde então, apareceram vários projetos de lei querendo redesenhar a bandeira, quase todos apagando a legenda. Argumentava-se até que os embaixadores brasileiros passavam vergonha no exterior, pois eram insistentemente questionados se o positivismo havia virado a religião do país — com a República, na realidade, o Estado tornou-se laico e o catolicismo perdeu o status oficial.

— Tão antinacional divisa impopulariza a República. É uma provocação aos cristãos, à quase unanimidade da população do Brasil — criticou o senador Coelho Rodrigues (PI) em 1896, ao apresentar uma proposta que trocava “Ordem e progresso” por “Lei e liberdade”. Nenhum projeto do



O quadro *Pátria*, pintado por Pedro Bruno em 1919, mostra mulheres costurando a bandeira do Brasil

tipo, porém, conseguiu prosperar.

Segundo o consultor legislativo do Senado Joanisval Gonçalves, especialista em relações exteriores, a bandeira só começaria a vencer as resistências em 1922, quando os festejos do centenário da Independência despertaram uma onda de patriotismo.

— A bandeira precisou de tanto tempo para ser aceita porque a própria República não era consenso. O regime foi implantado sem o respaldo da população. Ao longo das primeiras décadas, havia muita gente desejando a volta da Monarquia — explica.

Alberto Santos Dumont, o criador do avião, pregava a restauração. Ele, que era próximo da família imperial, voava com uma simples flâmula verde e amarela atada a suas invenções, e não com a bandeira republicana.

O modelo atual é, na realidade, uma adaptação da bandeira do Império, que havia sido desenhada por dom Pedro I em 1822, logo depois da Independência. No lugar do círculo azul, repousava o brasão da Monarquia.

O verde e o amarelo não foram uma escolha aleatória nem tinham o ingênuo objetivo de representar as matas e o ouro. O verde remete ao próprio dom Pedro I — é a cor da família Bragança, que reinava em Portugal. O amarelo, à sua primeira mulher, a austríaca Leopoldina — é a cor da

dinastia de Habsburgo, que governava a Áustria. O losango, além disso, é a figura geométrica tradicionalmente feminina. De qualquer forma, o imperador não rechaçava a versão que enaltecia as riquezas naturais do país.

Em 15 de novembro de 1889, proclamada a República, os novos donos do poder correram para eliminar os símbolos do Império. A bandeira escolhida no mesmo dia foi uma imitação dos Estados Unidos, porém verde e amarela. Ela viajou hasteada no navio que levou dom Pedro II para o exílio. Ante a aversão generalizada, resistiu só quatro dias.

Uma gigantesca bandeira nacional pendente continuamente no mastro da Praça dos Três Poderes, em Brasília. Feita de náilon paraquedas, ela tem 20 metros de comprimento e 14 metros de altura. São 280 metros quadrados. Desde 2000, uma empresa de Cascavel (PR) confecciona a bandeira, que é trocada todo mês. Diz Sérgio Tomasetto, proprietário da fábrica:

— Grande parte das bandeiras tem o preto e o vermelho, que indicam que o país enfrentou guerra. A nossa não. O verde e o amarelo formam uma combinação singular, que torna a nossa bandeira bela, emocionante e inconfundível.



REPRODUÇÃO



As bandeiras sempre tiveram verde e amarelo: a de 1822, desenhada por dom Pedro I; a provisória da República, que foi copiada dos EUA e só durou quatro dias; e a atual



Esquecidos 125 anos, desenhos originais são encontrados

Dois papéis históricos de valor inestimável foram descobertos em 2014 no Rio. São os rascunhos que deram origem à bandeira do Brasil, riscados em novembro de 1889, após a Proclamação da República, pelo engenheiro Raimundo Teixeira Mendes.

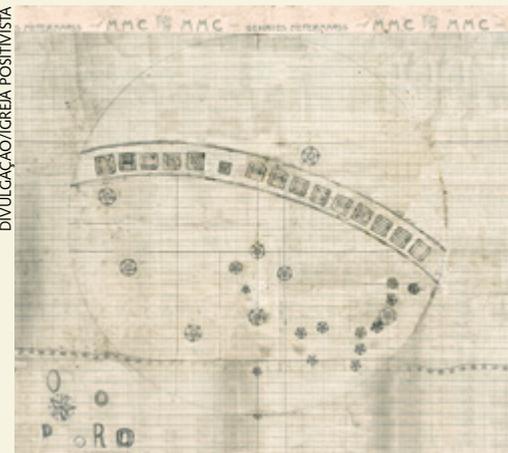
Em ambos os papéis se veem a esfera, as estrelas e os dizeres “Ordem e progresso”. O primeiro é um papel milimetrado que permitiu a Teixeira Mendes posicionar e dimensionar cada estrela com precisão. O segundo é um papel vegetal onde estão os traços definitivos.

Os desenhos estavam na centenária Igreja Positivista, no bairro da Glória, esquecidos dentro de uma caixa. Foram descobertos por acaso, quando se limpavam os armários do último presidente da igreja, que morrera semanas antes. No final de 2014, os papéis estavam nas mãos de restauradores. A ideia era depois expô-los ao público.

— Encontramos um tesouro que pertence a todos os brasileiros — afirma o atual presidente da Igreja Positivista, Alexandre Martins.

O material estava na igreja porque o positivismo exercia forte influência sobre os republicanos brasileiros do final do século 19. Criado pelo francês Auguste Comte, o positivismo usa a ciência para explicar o mundo. Hoje ultrapassada, essa visão era vanguardista para a época.

DIVULGAÇÃO/IGREJA POSITIVISTA



Os dois rascunhos da bandeira brasileira, desenhados logo após o golpe de 1889, descobertos na Igreja Positivista, no Rio de Janeiro, em 2014

Foi o positivista Benjamin Constant, ministro da Guerra do novo regime, que aprovou o desenho de Teixeira Mendes, também positivista. Amor, ordem e progresso formavam o tripé da religião.

Os desenhos recém-descobertos serviram de base para uma pintura a óleo, também de 1889, do artista Décio Villares, outro seguidor da igreja. Foi o molde para que as costureiras confeccionassem as primeiras bandeiras. A pintura ficou exposta na Igreja Positivista até 2010, quando foi roubada. Parte do telhado havia desabado, o que permitiu a entrada dos ladrões. A Polícia Federal e a Interpol foram acionadas, mas a obra até 2015 não havia sido recuperada.

DIVULGAÇÃO/IGREJA POSITIVISTA



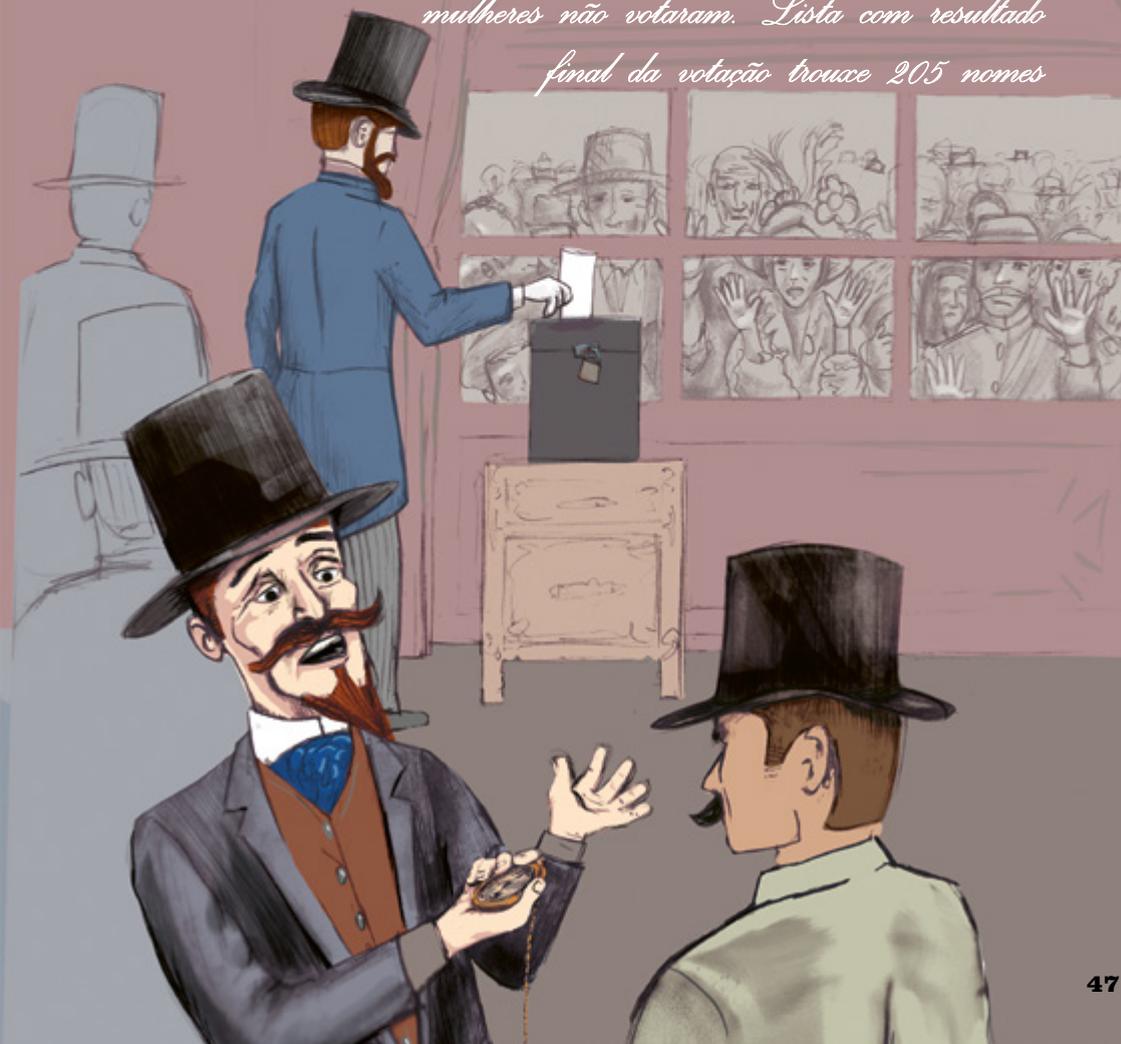
Pintura a óleo feita por Décio Villares em 1889: molde da primeira bandeira foi roubado em 2010 e até hoje não foi encontrado



| Assista a vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/arquivoSbandeira>

No fim do século 19, pouco eleitor e muito candidato

Na 1ª eleição direta para presidente da República, em 1894, os analfabetos e as mulheres não votaram. Lista com resultado final da votação trouxe 205 nomes



Em 1894, os brasileiros tiveram a primeira experiência de ir às urnas para escolher o presidente. Quem compara aquela histórica eleição com as votações de hoje, porém, no máximo divisa uma vaga semelhança. A começar pelos candidatos. Na primeira eleição presidencial direta, a lista com o resultado elencou nada menos que 205 nomes.

O vencedor foi Prudente de Moraes, mas os documentos da votação — que estão guardados no Arquivo do Senado, em Brasília — revelam que os eleitores também fizeram escolhas esdrúxulas.

No final da longa lista, surge uma multidão de desconhecidos. Dos 205 presidenciais, 116 tiveram um voto só. Machado de Assis decifrou o estranho fenômeno. Numa crônica, o escritor atribuiu a existência de tantos lanterninhas anônimos a votantes que usaram a urna para singelamente homenagear os amigos.

As leis eleitorais eram frouxas em 1894. Não era necessário filiar-se a partido nem oficializar candidatura. O eleitor tinha liberdade para escrever qualquer nome na cédula, inclusive o dele próprio ou o de um cidadão que não fosse candidato.

Ganharam votos até os príncipes Pedro de Alcântara e Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha. Foram votos desperdiçados: eles eram netos de dom Pedro II e haviam sido expulsos do país com a família imperial em 1889. Parte do eleitorado queria o visconde de Ouro Preto na Presidência da República. Como ex-primeiro-ministro do Império, ele tampouco obteria autorização para tomar posse.

Florian Peixoto, o presidente de então, ficou em 16º lugar. Foi outro caso curioso: a Constituição de 1891 era categórica ao proibir a reeleição.

Na prática, Prudente foi aclamado — dos 351 mil votos totais, obteve 291 mil. Afonso Pena, o segundo colocado, em momento nenhum representou perigo — amealhou apenas 38 mil votos.

Logo abaixo apareceram figuras como Cesário Alvim, bisavô mineiro do músico Chico Buarque, e Silveira Martins, pivô acidental da queda da Monarquia. Ruy Barbosa recebeu votos em todas as eleições até morrer, em 1923, embora só tenha concorrido oficialmente duas vezes.

Segundo o cientista político Jairo Nicolau, autor de *História do Voto no Brasil* (Jorge Zahar Editor), a vitória foi arrasadora porque a política era um jogo de cartas marcadas. Nem sequer era preciso fazer campanha. Nos



Florian, que deixava o poder, e Prudente, o eleito, na *Revista Ilustrada* em 1894: em nome dos brasileiros, o semanário “joga-lhes um punhado de flores”

primeiros 40 anos da República, a oposição nunca venceu.

— As elites ditavam quem seria o presidente. As eleições eram apenas uma forma de referendar uma decisão política já tomada, e não o momento em que a população efetivamente escolhia seus governantes.

O eleitorado era irrisório. Numa população de 14,3 milhões de pessoas, só 800 mil estavam habilitadas a votar (5,6%). Hoje, mais de 70% dos brasileiros podem ir às urnas. O direito era negado a mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos e religiosos sujeitos a voto de obediência. O eleitor devia ter ao menos 21 anos. Eram restrições brutais. As mulheres respondiam por metade da população. Os negros, recém-beneficiados pela Lei Áurea, eram quase todos iletrados. Mesmo entre os brancos, poucos liam e escreviam naquele Brasil rural.

Walter Costa Porto, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e autor de *A Mentirosa Urna* (Martins Fontes), ressalta que a Constituição de 1891 não vedava o voto feminino explicitamente:

— Não precisava estar escrito. Era um tempo em que a mulher não tinha direito nem liberdade. Primeiro, ela era subordinada ao pai. Depois, ao marido. Quando ficava viúva, ao filho mais velho.

Para piorar, a abstenção era altíssima. Mais da metade dos eleitores inscritos não apareceu para votar em 1894. O voto não era obrigatório.

As elites dispunham de dois instrumentos para vencer. O primeiro eram as fraudes. Entre as artimanhas, estavam depositar cédulas extras nas urnas e adulterar as atas com as apurações. O segundo era o Congresso, que organizava as eleições federais. Os senadores e deputados tinham o poder de coroar os aliados e barrar os inimigos. A logística das votações agora cabe à Justiça Eleitoral, fora da influência política.

Diz a historiadora Dulce Pandolfi, da Fundação Getúlio Vargas:

— Enquanto em outros países a República era associada a eleição, partidos, interesse público e imparcialidade da lei, aqui era identificada com fraude, corrupção, interesse particular e ausência do povo. A República fora implantada para acabar com os vícios do Império, mas, pelo menos nas primeiras décadas, fracassou.



Em crônica, Machado mostra que abstenção foi elevada

Leia, a seguir, a crônica publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, do Rio, em 4 de março de 1894, sobre a primeira eleição:

“Quando eu cheguei à seção onde tinha de votar, achei três mesários e cinco eleitores. Os eleitores falavam do tempo. Contavam os maiores verões que temos tido; um deles opinava que o verão, em si mesmo, não era mau, mas que as febres é que o tornavam detestável. A quanto não ia a amarela? Chegaram mais três eleitores, depois um, depois sete, que, pelo ar, pareciam da mesma casa. Os minutos iam com aquele vagar do costume quando a gente está com pressa. Mais três eleitores. Nove horas e meia. Os conhecidos faziam roda. [...]

Nove e três quartos. Trinta e cinco eleitores. Alguns almoçados. Os almoçados interpretavam o regulamento eleitoral diferentemente dos que o não eram. Daí algumas conversações particulares a meia-voz, dizendo uns que a chamada devia começar às dez horas em ponto, outros que antes.

— Meus senhores, vai começar a chamada — disse o presidente da mesa.

Eram dez horas menos um minuto. Havia quarenta e sete eleitores. Abriram-se as urnas, que foram mostradas aos eleitores, a fim de que eles vissem que não havia nada dentro. Os cinco mesários já estavam sentados, com os livros, papéis e penas. O presidente fez esta advertência:

— Previno aos senhores eleitores que as cédulas que contiverem nomes riscados e substituídos não serão apuradas; é disposição da lei nova.

Quis protestar contra a lei nova. Pareceu-me (e ainda me parece) opressiva da liberdade eleitoral. Pois eu escolho um nome para presidente da República, suponhamos; ou senador, ou deputado que seja; em caminho, ao descer do bonde, acho que o nome não é tão bom como o outro, e não posso entrar numa loja, abrir a cédula e trocar o voto? Não posso também ceder a um amigo que me diga que a nossa amizade crescerá se eu preferir o Bernardo ao Bernardino? Que é então liberdade? É o verso do poeta: ‘E o que escrevo uma vez nunca mais borro’? Pelo amor de Deus! Tal liberdade é puro despotismo, e o mais absurdo dos

despotismos, porque faz de mim mesmo o déspota. Obriga-me a não votar, ou a votar às dez e meia em pessoa que, pouco depois das dez, já me parecia insuficiente. Não é que eu tivesse de alterar as minhas cédulas; mas defendo um princípio.

Tinha começado a chamada e prosseguia lentamente para não dar lugar a reclamações. Nove décimos dos eleitores não respondiam por isto ou por aquilo.

— Antônio José Pereira — chamava o mesário.

— Está na Europa — dizia um eleitor, explicando o silêncio.

— Pôncio Pilatos!

— Morreu, senhor; está no Credo.

Um eleitor, brasileiro naturalizado, francês de nascimento, disse-me ao ouvido:

— Por que não se põe aqui a lei francesa? Na França, para cada eleição há diplomas novos com o dia da eleição marcado, de maneira que só serve para esse. Se fizéssemos isto, não chamaríamos o senhor Pereira, que desde 1889 vive em Paris, 28 bis, rua Breda, nem o procurador da Judeia, pela razão de que eles não teriam vindo tirar o diploma, oito dias antes. Compreendeis?

— Compreendi; mas há também abstenções.

— Não haveria abstenção de votos. Os abstencionistas não teriam diplomas.

A chamada ia coxeando. Cada nome, como de regra, era repetido, com certo intervalo, e eu estava três quarteirões adiante. Queixei-me disso ao ex-francês, que me disse:

— Mas, senhor, também este método de chamar pelos nomes é desusado.

— Como é então? Chama-se pelas cores? Pelas alturas? Pelos números das casas?

— Não, senhor; abre-se o escrutínio por certo número de horas; os eleitores vão chegando, votando e saindo.

— Sério?

— Sério.

— Não creio que nos Estados Unidos da América...

Outro eleitor, brasileiro naturalizado, norte-americano de nascimento, acudiu logo que lá era a mesma coisa.

— A mesma coisa, senhor. Não se esqueça que o *time is money* é invenção nossa. Não seríamos nós que iríamos perder uma infinidade de tempo a ouvir nomes. O eleitor entra, vota, retira-se e vai comprar uma casa, ou vendê-la. Às vezes mais, vai casar-se.

— Sem querer saber do resultado da eleição?

— Perdão, o resultado há de ser-lhe dito em altos brados na rua ou em grandes cartazes levados por homens pagos para isso. Já tem acontecido a um noivo estar dizendo à noiva que a ama, que a adora, e ser interrompido por um pregoeiro que anuncia a eleição do presidente da República. O noivo, que viveu dois meses em *meetings*, bradando contra os republicanos, se é democrata, ou contra os democratas, se é republicano, solta um *hurrah* cordial e repete que a ama, que a adora...

— Padre Diogo Antônio Feijó! — prosseguia o mesário.

Pausa.

— Padre Diogo Antônio Feijó!

Pausa.

Eu gemia em silêncio. Consultei o relógio; faltavam sete minutos para as onze, e ainda não começara o meu quarteirão. Quis espairar, levantei-me, fui até a porta, onde achei dois eleitores, fumando e falando de moças bonitas. Conhecia-os; eram do meu quarteirão. Um era o farmacêutico Xisto, outro um jovem médico, formado há um ano, o doutor Zózimo. ‘Feliz idade!’, pensei comigo; as moças fazem passar o tempo; e daí talvez já tenham almoçado...

Enfim, começou o meu quarteirão; respirei, mas respirei cedo, porque a lista era quase toda composta de abstencionistas, e os nomes dos ausentes ou mortos gastam mais tempo, pela necessidade de esperar que os donos apareçam. Outra demora: cinco eleitores fizeram a *toilette* das cédulas à boca da urna, quero dizer que ali mesmo é que as fecharam, passando a cola pela língua, alisando o papel com vagar, com amor, quase que por pirraça. Para quem guarda Deus as paralisias repentinas? As congestões cerebrais? As simples cólicas? Não me pareciam homens que pusessem os princípios acima de uma pontada aguda. Mas Deus é grande! Chegou a minha vez. Votei e corri a almoçar. Relevem a vulgaridade da ação. Tartufo, neste ponto, emendaria o seu próprio autor:

‘Ah! Pour être électeur, je n'en suis pas moins homme [Ah! Um eleitor, mas nem por isso menos homem]’”

O resultado da votação

Dos 351 mil votos totais, Prudente recebeu 291 mil e elegeu-se presidente em 1894

82,9% dos votos	PRUDENTE DE MORAES É senador de SP quando vence a eleição para ser o 3º presidente do Brasil e o 1º escolhido pelo voto direto. Foi deputado provincial e deputado geral no Império e governador na República.	
10,9%	AFONSO PENA É o governador de MG e mais tarde seria o 6º presidente do país. Morreu em pleno mandato presidencial, em 1909, por causa de uma pneumonia. Suas origens eram monárquicas — foi ministro de dom Pedro II.	
1%	CESÁRIO ALVIM É senador de MG. No Império, foi governador do RJ. Na República, governador de MG, ministro do Interior e prefeito do Rio. Seu descendente mais famoso é o bisneto Chico Buarque.	
1%	RUY BARBOSA É senador da BA. Polivalente, é jurista, advogado e diplomata. Foi deputado e ministro. Mais tarde, ajudaria a criar a Academia Brasileira de Letras. Enquanto viveu, até 1923, recebeu votos em todas as eleições presidenciais.	
1%	ALMEIDA COUTO É o prefeito de Salvador. No Império, governou SP e BA. Ocupando este último posto quando Pedro II foi deposto, ele organizou uma reação dos baianos à imposição da República.	
0,6%	LAURO SODRÉ Governa o PA. Em 1891, foi o único governador que se opôs a Deodoro quando o presidente dissolveu o Congresso. Entre 1904 e 1905, senador do DF, passou dez meses preso por insuflar militares contra a vacinação compulsória no Rio.	
0,4%	SILVEIRA MARTINS Ex-governador do RS, é inimigo de Deodoro desde que disputaram uma mulher. Deodoro, em 1889, pretendia só derrubar o gabinete do visconde de Ouro Preto, mas decidiu ir mais longe e acabar com a Monarquia ao ouvir que dom Pedro II daria o gabinete a Silveira Martins.	
0,7%	OUTROS Mais 198 nomes foram votados.	
1,5%	VOTOS EM BRANCO	

Fonte: Anais do Congresso Nacional



Deputado vê falha na votação e tenta anular vitória de Prudente

Tudo indicava que a sessão do Congresso transcorreria em paz. Cabia aos senadores e deputados apenas oficializar a vitória de Prudente de Moraes, dono de avassaladores 83% dos votos na primeira eleição presidencial direta do Brasil. A sessão, porém, acaba se transformando numa das mais caóticas daquele início de República. No centro da confusão está o deputado Flavio Araújo (BA), de 31 anos. Ele sobe à tribuna e, para espanto geral, pede que a eleição seja anulada.

Enquanto o jovem deputado fala, os demais parlamentares, exaltados, rechaçam o colega aos gritos. O senador Ubaldino do Amaral (PR), que preside a sessão, aciona a campanha diversas vezes, na tentativa de restaurar a ordem. A sessão corre no Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio de Janeiro. Prudente de Moraes (SP) é senador, mas não está presente.

Para Araújo, a eleição deveria ser anulada por três motivos. Em primeiro lugar, o Sul do país não votou. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram impedidos de ir às urnas por causa do estado de sítio imposto em reação à Revolução Federalista.

— O resultado é que o primeiro magistrado eleito por sufrágio direto, o honrado doutor Prudente de Moraes, virá a ocupar a alta posição sem o prestígio popular necessário para afrontar a crise que atravessa a pátria — diz.

Em segundo lugar, outros quatro estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba) e o Distrito Federal (cidade do Rio) votaram após um estado de sítio que só acabou na véspera da eleição. A causa foi a Revolta da Armada. Ele argumenta:

— No estado de sítio, estiveram suspensas a liberdade de imprensa e as garantias constitucionais dos cidadãos. Não houve meio de os divergentes da opinião vencedora exercerem o seu direito. Como é que os ilustres congressistas entendem que houve liberdade para concurso de todas as opiniões às urnas?

Em terceiro lugar, o deputado cita a abstenção. O voto é facultativo. O Brasil conta 800 mil eleitores, mas só 351 mil votaram. A cidade do Rio, como comparação, tem nesse momento 522 mil habitantes. Ele atribui a ausência às fraudes, frequentes na época, o que teria levado muitos a crer que o jogo já estava decidido.

Flavio Araújo, então, apresenta uma emenda determinando que se anule a eleição de março e se convoque outra para setembro, “garantidas as liberdades a todo o território da República”. A confusa sessão se dá em junho de 1894.

— Sua Excelência [Prudente], um dos próceres da República, deveria ser o primeiro a apelar para a opinião calma e sensata, independente e livre do país e viria a conquistar não cento e tantos mil [102 mil votos dos estados que não tiveram estado de sítio], mas a quase unanimidade de votos — diz.

Um dos mais enfurecidos é o deputado Nilo Peçanha (RJ), mais tarde o sétimo presidente do país. Ele corta o orador e esbraveja:

— A eleição foi tão livre que opositoristas lograram triunfar [nas eleições para o Senado e a Câmara, simultâneas à eleição presidencial].

Os jornais informam que o Senado virou palco de uma “tempestade” e classificam a emenda do deputado de “infelicíssima”.

Até os taquígrafos, acostumados a tomar nota em meio a sessões acaloradas, ficam desorientados. As páginas dos *Anais do Congresso* trazem expressões vagas como “um senhor deputado” (quando os taquígrafos não conseguiram apontar o autor de uma fala) e “muitos apartes” (quando não entenderam o que os parlamentares disseram).

Araújo, numa tentativa extrema de convencer os colegas, chega a declarar que a ditadura é melhor que a democracia sem apoio popular:

— Sou democrata, mas, nas circunstâncias atuais, prefiro um governo forte a um governo fraco. Só um governo forte, honesto, sensato pode salvar a dignidade nacional. O atual [o de Floriano Peixoto] já tem dado provas de que o é, coisa que não pode conseguir um governo fraco, sem prestígio, sem apoio da opinião nacional [o de Prudente de Moraes].

Ante os ataques incessantes, Flavio Araújo finalmente se dá por vencido e abre mão de sua emenda. Sem esconder o ressentimento, avisa:

— Espero que no futuro não tenha de recordar aos ilustres congressistas, que me acolheram tão pouco generosamente, as minhas previsões quanto aos perigos que corre a República e quanto à sorte dos governos que não se apoiam no sufrágio da opinião e nas simpatias do coração de um povo.

Ânimos apaziguados, o parecer que reconhece a eleição de Prudente é aprovado. Ninguém vota contra. Num editorial sobre o histórico dia, o jornal *Gazeta de Notícias* se queixa de que faltou pompa — ou “aparatosa solenidade” — à sessão do Congresso.



Prudente: birra do antecessor, trama do vice e até atentado

Prudente de Moraes passou quatro anos extenuantes na Presidência da República. As turbulências começaram antes mesmo da posse, em 1894. Saído de Piracicaba (SP), ele não encontrou recepção nenhuma ao desembarcar do trem no Rio. Foi o primeiro sinal de que o presidente Floriano Peixoto não estava feliz por entregar o poder.

As hostilidades continuaram. Floriano não quis recebê-lo para tratar da transição, alegando falta de horário na agenda. No dia da posse, o presidente não enviou carruagem oficial ao hotel onde o sucessor se hospedava. Prudente teve de alugar uma carroça às pressas para chegar ao Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado.

Após o juramento, o novo presidente rumou para o Itamaraty, o palácio presidencial, mas achou o prédio às moscas — aberto, sujo e sem funcionários. Floriano não estava, pois se negara a transmitir-lhe o cargo.

— Foi pirraça — resume o jornalista J. Natale Netto, autor de *Floriano, o Marechal Implacável* (Novo Século).

O marechal Floriano não viu com bons olhos a chegada dos civis ao poder. Afinal, foram os militares que em 1889 proclamaram a República.

Prudente tinha um currículo respeitável. Havia sido governador de São Paulo e, como senador, presidido a Assembleia Nacional Constituinte. Na primeira eleição presidencial, indireta, em 1891, ficara em segundo lugar — os parlamentares deram vitória ao marechal Deodoro da Fonseca, que meses depois renunciaria e seria sucedido por Floriano, seu vice.

Em 1894, o Sul se ensanguentava na Revolução Federalista. Em 1896, explodia a Guerra de Canudos, na Bahia. No primeiro conflito, Prudente costurou o acordo de paz. No segundo, massacrou os revoltosos.

— Prudente não conseguiu grandes feitos econômicos ou sociais. Sua proeza foi pacificar o país. Com ele, encerrou-se a transição da Monarquia para a República e o novo regime se consolidou de vez — explica a historiadora Renata Gava, diretora do Museu Prudente de Moraes, de Piracicaba.

O presidente tinha um inimigo insuspeito. Era Manoel Victorino, seu próprio vice. Em 1896, Prudente teve que se afastar do cargo por causa de uma cirurgia nos rins. Victorino assumiu o poder e foi tomado pela ideia de não devolver o cargo. Trocou ministros e transferiu a Presidência

do Itamaraty para o Catete. Ciente da trama, Prudente, que se tratava em Teresópolis (RJ), decidiu voltar de surpresa e Victorino, sem tempo para reagir, não teve opção senão entregar a cadeira presidencial.

Em 1897, Prudente enfrentou a última turbulência. Durante uma cerimônia, um soldado encostou uma pistola em seu peito. O presidente foi rápido e, com a cartola, conseguiu afastar a arma. O soldado, então, sacou uma espada e matou o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. Prudente saiu ileso. Victorino foi processado como mandante do atentado. Ante a falta de provas, o vice acabou sendo inocentado.



REPRODUÇÃO

Prudente em charge de 1895: presidente que nunca cai nas covas abertas pelos inimigos



Assista a vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/eleicoes1894>
Ouça reportagem da Rádio Senado: http://bit.ly/radio_1aeleicao1894



Senador foi crucial para entrada do Brasil na 1ª Guerra

Ruy Barbosa foi conselheiro do presidente Wenceslau Braz e usou talento retórico para convencer colegas do Senado a aprovar a entrada do Brasil no conflito, que foi travado na Europa entre 1914 e 1918



Documentos guardados no Arquivo do Senado lançam luzes sobre um episódio esquecido da história: a participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial, travada um século atrás, entre 1914 e 1918. Os registros mostram que as opiniões de Ruy Barbosa (1849–1923), senador na época, foram cruciais para que o Brasil decidisse declarar guerra aos impérios centrais e enviar homens e navios para a Europa.

— Tenho sido acusado de estar pregando a guerra no continente americano em paz — discursa Ruy Barbosa (PRL-BA) em maio de 1917, no Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio. — Não, senhores senadores, não preguei até hoje a guerra. A guerra não é matéria de arbítrio, deliberação ou escolha, mas uma situação criada pela Alemanha, que, envolvendo todos os países neutros na mesma situação dos beligerantes na guerra naval, não deixa aos neutros outro caminho senão o de aceitar a guerra que ela declara.

A Alemanha era um dos impérios centrais, ao lado do Império Austro-Húngaro e do Império Turco-Otomano. Esse grupo estava em guerra contra os chamados aliados — Reino Unido, França, Rússia e, mais tarde, Estados Unidos.

Quando a guerra é deflagrada, o Brasil opta pela neutralidade. A situação muda depois que submarinos alemães torpedeiam navios comerciais brasileiros. Inconformado, o senador Ruy Barbosa insiste que o país não pode tolerar a ofensiva do “enxame de submarinos”:

— A Alemanha arroga a si o direito estupendo, inominável e infernal de matar indistintamente, como carga nos navios que destroem, os seus capitães, os seus tripulantes e os seus passageiros. É ilógico, é absurdo sustentar a neutralidade brasileira. Quando uma nação chega ao extremo, à miséria de não ter meios de se defender, de ser obrigada a tolerar em silêncio absoluto e resignação ilimitada todos os atos contra o seu direito, a sua honra e a sua existência, essa nação perdeu o direito de existir.

A gota d’água é o torpedeamento do navio Macau, em outubro de 1917, na costa espanhola. Antes de a embarcação ir a pique, dois tripulantes foram capturados como prisioneiros de guerra. Dias depois, o governo brasileiro finalmente declara guerra.

Ruy Barbosa tem papel decisivo. Por um lado, é um dos mais influentes conselheiros do presidente Wenceslau Braz. Antes de tomar a resolução, o mandatário se reúne com o senador. Por outro lado, Ruy Barbosa combina seus conhecimentos de direito internacional com seu poder retórico para

convencer os colegas do Senado a aprovar no mesmo dia a declaração de guerra proposta pelo presidente da República.

— Não obstante a nossa relativa pequenez, a nossa notória ausência de recursos, [ao aprovar o estado de guerra] daremos o passo mais grave, mais extraordinário dos anais do Parlamento brasileiro. O mundo nos começará a olhar como nação capaz de virtudes e heroísmos.

Ruy Barbosa é uma das figuras brasileiras mais admiradas de todos os tempos. Além de senador, foi advogado, jurista, jornalista, diplomata, ministro, deputado, ensaísta e até presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL). Foi ministro da Fazenda logo no primeiro governo da República. A passagem pelo Senado foi longa, de 1890 a 1921. Candidatou-se duas vezes à Presidência da República, sem sucesso.

Ele representou o Brasil na Conferência de Paz de Haia, em 1907, onde ganhou respeito internacional por brigar pelos países fracos contra os interesses das potências. Foi então que ganhou a alcunha de Águia de Haia.

No Brasil, os partidários dos aliados normalmente utilizavam argumentos ideológicos ou econômicos — o Reino Unido era um grande parceiro comercial e mantinha muitos investimentos no país. Diferentemente deles, Ruy Barbosa escolhe seu lado na guerra baseado em questões jurídicas. Explica Christiane Laidler, professora de história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ):

— Para Ruy Barbosa, a Alemanha violava as regras do direito internacional. Ele apontava os crimes de guerra e o desrespeito à neutralidade dos países, como a invasão de Luxemburgo e da Bélgica. A Alemanha representava uma ameaça à segurança de todas as nações, sobretudo as pequenas, que dependiam do direito para se protegerem dos países que usavam a força.

A 1ª Guerra terminaria um ano depois da adesão brasileira, em 1918, com um saldo de 16 milhões de mortos. O Brasil figuraria entre os vitoriosos.



O senador Ruy Barbosa (2º à esq.) e o presidente Wenceslau Braz (C) em 1917, em reunião sobre a entrada do Brasil na guerra

CASA DE RUY BARBOSA



Brasil enviou navios, soldados e médicos para o conflito

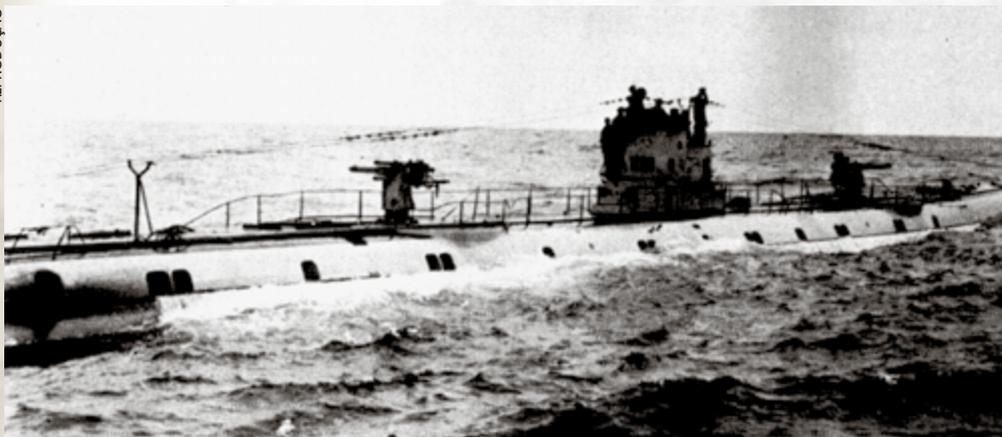
Em outubro de 1917, o submarino alemão U-93 interceptou o navio a vapor brasileiro Macau nas proximidades da costa espanhola. A embarcação levava café para a França, desafiando o bloqueio imposto pelo kaiser Guilherme II. Dois tripulantes do Macau, incluindo o comandante, foram arrastados para dentro do submarino. Logo em seguida, o U-93 disparou um torpedo e o barco foi a pique. O restante da tripulação se salvou graças a botes salva-vidas. Esse foi o estopim para que o Brasil entrasse na guerra.

— A notícia deixou os brasileiros indignados. Em várias cidades, grupos invadiram e saquearam lojas, escritórios e fábricas dirigidas por alemães. Isso pesou na decisão do presidente Wenceslau Braz de entrar na guerra — afirma o jornalista Marcelo Monteiro, autor do livro *U-93: a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial* (Edições BesouroBox).

A participação no conflito, porém, foi modesta. O Brasil enviou 13 aviadores para a força aérea britânica e 24 oficiais para o exército francês. Também destacou uma equipe de 150 profissionais de saúde, entre médicos, enfermeiros e assistentes, para pôr em funcionamento um hospital brasileiro em Paris.

Além disso, o Brasil criou uma divisão com oito navios para atuar no Mar Mediterrâneo. A esquadra, no entanto, enfrentou uma série de reveses no caminho. Os barcos estavam sucateados, o que exigiu demoradas para-

REPRODUÇÃO



O submarino alemão U-93, que em 1917 atacou o navio brasileiro Macau: episódio pôs o Brasil na 1ª Guerra

das em ilhas do Atlântico e na África. A gripe espanhola praticamente dizimou os combatentes durante a travessia. A divisão naval alcançou o Estreito de Gibraltar em 10 de novembro de 1918, mas não chegou a atuar. A guerra acabaria no dia seguinte.

A 1ª Guerra foi resultado das tensões não declaradas que a Europa vivia desde o final do século 19. Os grandes países buscavam expandir suas áreas de influência e, para isso, investiam em alianças diplomáticas e na aquisição de armamentos. Bastou que o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, fosse assassinado, em 1914, para que o equilíbrio caísse por terra e a guerra explodisse.

— A guerra se deu há um século, mas ainda é muito atual. Muitos dos conflitos de hoje começaram por causa dela. A Síria e o Iraque surgiram do esfacelamento do Império Turco-Otomano. A crise entre a Ucrânia e a Rússia tem origens ali, quando acaba o império russo e nasce a União Soviética. É na 1ª Guerra que os Estados Unidos passam a atuar de maneira mais intensa no cenário internacional — explica Joanisval Gonçalves, consultor legislativo do Senado especializado em relações exteriores.

Apesar de ter pressionado a Alemanha por vários anos, o Brasil nunca teve notícia dos dois tripulantes do vapor Macau.



REPRODUÇÃO

Em outubro de 1917, o jornal *A Época* registra a entrada do país na guerra



Assista a vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/arquivoS1guerra>
Ouça reportagem da Rádio Senado: http://bit.ly/radio_1aguerra

Que fim levou o Palácio Monroe, a 2ª sede do Senado?

O imponente prédio foi construído originalmente nos Estados Unidos, em 1904, para representar o Brasil numa feira internacional...

... reerguido no Rio de Janeiro em 1906 e, após a mudança da capital para Brasília, demolido em 1976 sem deixar vestígios



Os cariocas mais velhos se lembram com saudosismo e os mais novos nem sequer ouviram falar. O que existe hoje no final da Avenida Rio Branco, entre a Cinelândia e a Baía de Guanabara, são apenas um estacionamento subterrâneo e uma praça feiosa e pouco frequentada. Não se vê nenhum vestígio do imponente Monroe, o palácio que abrigou o Senado entre 1925 e 1960. A construção foi demolida em 1976. Desapareceu como se nunca tivesse existido.

Com a mudança para o Palácio Monroe, os senadores trocaram o antiquado e deteriorado Palácio Conde dos Arcos por um edifício que conseguia transmitir as ideias de solidez e poder. Com traços afrancesados, o Monroe era emoldurado por 36 colunas e coroado com uma cúpula monumental. Cada uma das duas portas de entrada era vigiada por um par de leões de 2,5 metros de altura talhados em mármore de Carrara. Por décadas, o Monroe foi um dos cartões-postais do Rio.

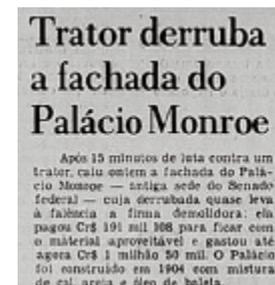
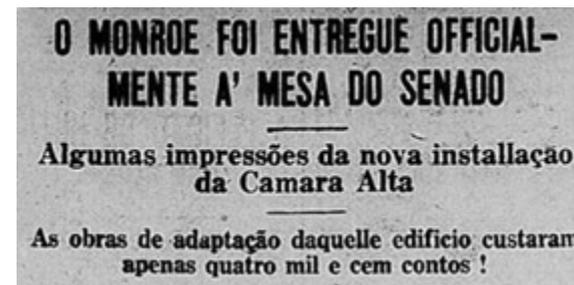
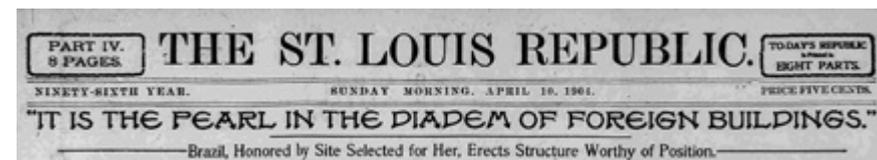
A sessão inaugural foi em 3 de maio de 1925. O Arquivo do Senado, em Brasília, conserva os discursos que os senadores fizeram naqueles primeiros dias. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da Casa, Estácio Coimbra. Ele não era senador. Por ser vice-presidente da República, acumulava a Presidência do Senado, como ditava a Constituição. Coimbra anunciou:

— Depois de um ano e meio de contínuo labor, a Mesa [do Senado] recebeu do governo o edifício do Palácio Monroe inteiramente remodelado, com todas as condições de asseio, conforto e decoro, compatíveis com as altas funções do Senado.

A história do Monroe, porém, começa muito antes da chegada do Senado. O palácio foi originalmente construído nos Estados Unidos, em 1904, como o pavilhão do Brasil na Exposição Mundial de Saint Louis, no estado do Missouri.

Na era pré-globalização, esse tipo de exposição servia para que os países apresentassem ao mundo o que tinham de melhor, com o intuito de alavancar as exportações e atrair investidores estrangeiros. No caso brasileiro, o pavilhão funcionou como vitrine para o café. Estima-se que a cada dia tenham sido servidas 5 mil xícaras aos visitantes.

O governo incumbiu o engenheiro Francisco Marcelino de Sousa Aguiar (que dá nome a um dos hospitais públicos mais conhecidos do Rio) de projetar o pavilhão em Saint Louis. Ele já era experiente nesse tipo de missão. Sousa Aguiar havia assinado o pavilhão do Brasil na Exposição



Os três momentos mais importantes da história do Palácio Monroe: em 1904, o jornal americano *The St. Louis Republic* descreve o pavilhão brasileiro como a “joia da coroa” das construções estrangeiras na Exposição Mundial de Saint Louis; o *Jornal do Brasil* noticia em 1925 a entrega do prédio ao Senado; e o mesmo jornal informa em 1976 a completa demolição do edifício

Mundial de Chicago, em 1893.

Na segunda vez, entretanto, havia uma exigência: o pavilhão teria de ser desmontável, de maneira que pudesse ser reconstruído no Rio. O engenheiro foi ousado e optou por empregar estrutura metálica, uma tecnologia que o Brasil não conhecia.

O futuro Monroe venceu o principal prêmio de arquitetura da feira. Numa edição dominical, o jornal *The St. Louis Republic* dedicou toda a primeira página à obra brasileira. Era pura exaltação: “Observando, procura-se em vão uma simples falha, um ponto onde a vista sinta a aspereza de uma linha, onde uma curva, uma janela, qualquer decoração desagrade. Essa construção representa um poema”.

O presidente Theodore Roosevelt visitou a exposição e inspecionou o prédio do Brasil. O *St. Louis Globe-Democrat* informou: “O Brasil galhardamente sobressaiu na recepção à distinta comitiva presidencial. Roosevelt se recordará do Brasil e da exposição por toda a vida”.

Exageros à parte, o fato é que o edifício era, de fato, bem mais refinado que os pavilhões de nações como Cuba e Guatemala. Assim, o futuro Monroe cumpriu seu papel. Fez o mundo crer num Brasil moderno e civilizado, capaz de grandes feitos, adiantado em comparação com os vizinhos.

Encerrada a exposição, o pavilhão foi desmontado e despachado num

navio cargueiro para o Rio. Ele seria erguido no ponto mais nobre da capital da República: a Avenida Central (atual Rio Branco), que ainda estava em obras. O prefeito do Rio, Pereira Passos, havia demolido cortiços e criava uma versão tropical da Champs-Élysées, o sofisticado bulevar parisiense. O palácio foi montado em questão de meses, entre 1905 e 1906. O *Jornal do Commercio* o chamou de “teteia de açúcar branco”.

Os arredores da Praça Floriano (hoje mais conhecida como Cinelândia) logo passariam a ostentar belos exemplares da arquitetura eclética. Depois do pavilhão vindo dos Estados Unidos, ficariam prontos o Theatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional (outro projeto de Sousa Aguiar).

Em termos simbólicos, aquelas linhas rebuscadas dos edifícios públicos ajudavam a compor a cara que os líderes políticos queriam dar à República, implantada em 1889 e ainda em consolidação. A ideia era varrer da paisagem da capital tudo que lembrasse o passado imperial.

O Palácio Monroe antes do Senado: para receber os senadores, nos anos 20, o prédio passou por uma reforma que incluiu o envidraçamento das amplas varandas laterais



ARQUIVO PÚBLICO RIO DE JANEIRO

No Rio, o pavilhão ganhou o nome de Palácio São Luís, em alusão à cidade de Saint Louis. Sua primeira missão foi abrigar a terceira edição da Conferência Pan-Americana, em 1906, que congregou presidentes e ministros do continente.

O edifício mudou de nome durante o evento, passando a Palácio Monroe. Era uma homenagem a James Monroe, o antigo presidente americano que pregava “a América para os americanos”, isto é, livre do colonialismo europeu. O novo nome era uma forma de o Brasil mostrar que desejava entrar na órbita de influência dos EUA.

Nos primeiros anos, o Palácio Monroe não teve um papel definido e funcionou como uma espécie de salão de festas do governo. Nele se realizaram bailes, banquetes, formaturas, congressos e até velórios. Em 1914, tornou-se a sede provisória da Câmara dos Deputados. Em 1922, recebeu o escritório do governo encarregado das comemorações do centenário da Independência.

A decisão de transformá-lo no Senado foi tomada logo em seguida, diante da pressão dos senadores para sair do Palácio Conde dos Arcos, um solar que havia sido construído na época da Colônia e abrigava a Câmara Alta desde sua criação, em 1826, no Império. Os senadores reclamavam que o edifício estava em estado tão precário que poderia desabar a qualquer momento. Quando o bonde passava, de acordo com eles, as paredes todas estremeciam.

— Olhando para o teto, vi que já está rachando em diversos lugares. Em outros, a pintura dos afrescos já se vai quebrando, fragmentando. E também há muito já está o teto caindo aos pedaços sobre as nossas cabeças — queixou-se o senador Irineu Machado (DF) em junho de 1923.

Havia uma dose de exagero. O velho Senado não corria o risco de ruir. Tanto que o prédio está de pé até hoje e nele funciona a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na realidade, os senadores queriam um espaço que fosse confortável e pomposo e, ao mesmo tempo, não remetesse aos ultrapassados anos da Colônia e do Império.

O presidente Artur Bernardes aceitou transferir o Monroe para o Senado. Antes, entretanto, o interior do prédio teve de ser totalmente reformado. As obras duraram um ano e meio.

Colunas internas foram removidas, andares novos foram criados e dois elevadores foram instalados — uma grande novidade na época, com portas que precisavam ser abertas e fechadas manualmente.

No Plenário, por precaução, reservaram-se três assentos para o Acre, que poderia ser elevado de território a estado a qualquer momento (isso só ocorreria em 1962). O gabinete do presidente do Senado foi instalado no ponto mais privilegiado do prédio, voltado para a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar.

Os parlamentares ficaram satisfeitos com o resultado. Em maio de 1925, logo após a mudança, o senador Mendonça Martins (AL) comemorava no Plenário:

— Dispomos agora de uma sede onde não nos sentiremos diminuídos pela falta de higiene, privados do menor conforto e em risco da própria vida, como acontecia no velho edifício colonial do Conde dos Arcos, que, se fora uma casa de aluguel, há muitos anos estaria interditado pela Saúde Pública.

O único que ficou desgostoso com a mudança foi o senador Alfredo Ellis (SP). Por designação do Senado, ele havia dedicado boa parte de seus 22 anos de mandato a negociar com o governo o terreno e a verba para a construção de uma sede. Os senadores chegaram a fazer uma cerimônia para lançar a pedra fundamental no Campo de Santana. Por falta de dinheiro, a obra nunca saiu do papel.

Discursando pela primeira vez no Monroe, Ellis deu a entender que se sentia traído:

— O que é censurável é que tenham aplicado na simples adaptação do Monroe quase a totalidade da soma que seria destinada à construção de um novo edifício para o Senado.

Em seguida, ele apontou problemas na sede que se inaugurava, como o tamanho do Plenário:

— É curioso que no Brasil, uma das maiores nações do mundo em área, o recinto do Senado Federal fique reduzido a uma pequeníssima e insignificante sala de cinema, menor do que o de qualquer Senado do mundo.

Essa foi uma das últimas falas públicas de Alfredo Ellis. O senador morreria dois meses depois da transferência para o Monroe.

Durante 35 anos, o palácio assistiu aos mais decisivos debates da política brasileira, à exceção dos períodos 1930–1934 e 1937–1945, quando Getúlio Vargas proibiu o funcionamento do Senado. Curiosamente, meses depois de ser derrubado da Presidência, Getúlio voltaria à cena política como senador.

Nos anos 50, o Palácio Monroe já se mostrava pequeno para o Senado. Chegou-se a fazer um concurso de projetos para a nova sede. O velho palácio seria derrubado e um arranha-céu com mais espaço para os senadores seria levantado no mesmo lugar. Veio Brasília, e o projeto foi engavetado.

Na última sessão do Senado no Rio, em abril de 1960, os parlamentares se revezaram na tribuna para fazer pronunciamentos emocionados sobre o Monroe.

— Os nossos discursos, os debates calorosos, os pequenos incidentes, o rumor dos nossos passos subindo e descendo os degraus deste recinto, este teto sóbrio e nobre, estas colunas romanas, a agitação dos taquígrafos, a curiosidade indiscreta dos jornalistas e o ruído dos tímpanos, tudo que lembramos transmuda-se em saudades tão intensas que nos levam a dizer que esta Casa, ao cerrar as suas portas, guardará também alguma coisa de nossa própria vida — discursou o senador Argemiro de Figueiredo (PTB-PB).

O Monroe, então, passou a servir de sucursal do Senado no Rio. Parte dos funcionários públicos continuou na velha capital, especialmente os que estavam perto da aposentadoria. Os próprios senadores ainda faziam reuniões no palácio. Mais tarde, três andares foram cedidos ao Estado Maior das Forças Armadas.

Nos anos 70, diante do esvaziamento e da degradação do prédio, começaram a ventilar a ideia de que o Monroe precisava ser demolido.



O Palácio Monroe perto de ser derrubado, ainda com os leões de mármore, mas já sem a imponente escadaria

Havia vários argumentos. O fim do palácio, por exemplo, desafogaria o trânsito do centro e abriria uma área verde numa zona dominada pelo concreto. Outra justificativa era a necessidade de se reduzirem gastos públicos — com Brasília já consolidada, não fazia sentido o Senado ainda manter uma custosa repartição no Rio.

Também se afirmou que o prédio tinha de ser eliminado porque impediria a construção da linha do metrô entre o centro e a zona sul. O caminho era a demolição. Para que isso não ocorresse, o metrô decidiu desviar o trajeto dos trilhos, antecipando uma curva que originalmente seria feita nos subterrâneos do Monroe.

Por fim, veio a questão estética. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recebeu uma proposta de tombamento de todos os prédios públicos da Cinelândia. O arquiteto e urbanista Lúcio Costa, célebre por ter projetado Brasília, manifestou-se ferozmente contra a proteção do Monroe. Na visão dele, tratava-se de um prédio sem valor arquitetônico, apenas uma “presença estorvante” na cidade.

Lúcio Costa era da opinião de que a arquitetura brasileira se resumia à colonial, como a de Ouro Preto, e à moderna, como a de Brasília. Tudo que existisse entre as duas, como o estilo eclético do Monroe, não passaria de rele imitação de estilos estrangeiros.

O Rio se dividiu. O jornal *O Globo* se posicionou pela demolição. O *Jornal do Brasil*, contra. Os defensores diziam que, ainda que a arquitetura não fosse genuinamente nacional, o palácio tinha um valor histórico inquestionável. A sociedade não chegou a fazer manifestações públicas, pois ainda eram os anos da ditadura militar.

No final, o Iphan deu ouvidos aos argumentos de Lúcio Costa e negou o tombamento do Monroe. Em 1975, o Senado decidiu devolver o edifício ao governo federal. Tribunais, repartições do governo e entidades de engenheiros se ofereceram para reformar e ocupar o prédio. Tudo em vão. Por ordem do presidente Ernesto Geisel, o palácio que havia sido premiado em Saint Louis em 1904 foi posto no chão. A demolição se arrastou por meses. Em junho de 1976, um trator derrubou a última parede.

A notícia repercutiu em Brasília, especialmente entre os senadores da oposição. Itamar Franco (MDB-MG) disse ter assistido “com tristeza à destruição daquele prédio, em que várias figuras desta nação militaram”. Segundo Benjamin Farah (MDB-RJ), “infelizmente, no país, tudo o que é

tradicional é destruído”.

O arquiteto e historiador Fernando Atique, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), preparava para 2015 o lançamento do livro *Arquitetura Evanesciente*, sobre o desaparecimento de edifícios históricos. Para ele, a demolição do Monroe pode ser explicada, em parte, pelo fato de os brasileiros desconhecerem a história:

— As pessoas em geral não sabem da existência do Palácio Conde dos Arcos nem dos Palácios do Itamaraty e do Catete, que foram as sedes da Presidência da República no Rio. Isso é muito perigoso porque só podemos preservar aquilo que conhecemos.

Em 2002, o então prefeito do Rio, Cesar Maia, propôs a construção de uma réplica do Palácio Monroe no mesmo lugar do original. Após acalorados debates, a ideia não vingou.

Algumas peças do Monroe se salvaram. A empresa contratada para a demolição vendeu as que tinham valor. Dois leões de mármore hoje estão expostos no Instituto Ricardo Brennand, um museu de arte no Recife. Os outros dois enfeitam uma fazenda em Uberaba (MG). Um ornamento da fachada se encontra no Museu de Arte do Rio (MAR).

Outra parte dos objetos pode ser vista no Museu do Senado, em Brasília, como as mesas de madeira, com microfones acoplados, que acomodavam os senadores no Plenário

Na avaliação do cineasta Eduardo Ades, que lançou em 2015 o documentário *Crônica da Demolição*, sobre o Monroe, o ressurgimento do tema de tempos em tempos tem explicação:

— Não houve um motivo único para a demolição. Foram vários motivos paralelos, alguns obscuros. Quando a população carioca perdeu esse palácio, que era um elemento da identidade do Rio, sem saber ao certo os motivos, o que ficou foi um trauma coletivo. É mais ou menos como os nossos traumas pessoais. Quando não compreendemos plenamente algum episódio da nossa vida, ele fica voltando para nos assombrar.



Assista a vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/SenadoMonroe>
Ouça reportagem da Rádio Senado: http://bit.ly/radio_Monroe

Criação da Petrobras rachou o Senado em 1953



Senadores se dividiram entre “ultranacionalistas”, a favor do monopólio estatal, e “entreguistas”, que defendiam a iniciativa privada. Projeto original de Getúlio não previa Petrobras como única exploradora do petróleo



Em 2014, a Petrobras foi alvo de duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Congresso Nacional, criadas para investigar a aquisição de uma refinaria de petróleo nos Estados Unidos. Essa, porém, não foi a primeira vez que a estatal petrolífera inflamou os ânimos dos parlamentares. Em 1953, o Senado já havia vivido dias incendiários por causa da empresa. Foi o ano em que os senadores estudaram e votaram o projeto de lei que criaria a Petrobras, redigido pelo presidente Getúlio Vargas no final de 1951.

O Senado rachou entre dois grupos antagonistas: os “ultranacionalistas” e os “entreguistas” — alcunhas dadas, naturalmente, pelos adversários. Um lado abrigou os senadores que defendiam o petróleo e toda a cadeia industrial como monopólio estatal. Do outro lado, ficaram os que advogavam a participação da iniciativa privada na exploração do óleo, incluindo empresas estrangeiras.

O senador Kerginaldo Cavalcanti (PSP-RN) integrou o primeiro grupo. Num discurso, descreveu as multinacionais do petróleo como perigosas:



O presidente Getúlio Vargas sanciona em 1953 a lei que cria a Petrobras: após embates no Congresso, petróleo se torna monopólio estatal

— O Brasil precisa ficar abroquelado [protegido] contra os assaltos sorrateiros do capitalismo internacional, da Standard Oil e de outros trustes exploradores, contra a possibilidade de perdermos os frutos daquilo que Deus colocou no seu subsolo para cintilar mais brilhantemente sob as estrelas do Cruzeiro do Sul.

No fronte oposto, o senador Ezechias da Rocha (PR-AL) reagiu:

— A tese estatal-monopolística levanta muralhas chinesas ao progresso do país e fecha a sete chaves as portas do subsolo à iniciativa particular, quando urge abri-las ao capital privado não só nacional, também estrangeiro. Capital esse que poderia constituir ajuda das mais importantes na grande batalha do petróleo e na campanha da recuperação econômico-financeira do país.

Datilografados ou manuscritos, os discursos, as emendas ao projeto e os pareceres das comissões repousam no Arquivo do Senado, em Brasília. São centenas de papéis escritos em 1953 — a capital era o Rio — que documentam a batalha do petróleo.

Até então, o Brasil não tinha uma política para o petróleo. Ela precisava ser decidida com urgência porque o país dependia das importações, danosas à balança comercial, para atender à crescente demanda por derivados do petróleo — combustível de carro e de avião e insumo de indústrias como a química e a da construção civil. Na mensagem que anexou ao projeto, Vargas escreveu que o petróleo produzido no país só atendia a 2,5% da necessidade nacional.

O projeto original não previa o monopólio. Criava a Petrobras e admitia que a estatal se associasse a empresas privadas. Explica o consultor legislativo do Senado Luiz Alberto Bustamante, especialista em mineração e energia:

— Vargas não propôs o monopólio estatal porque sabia que o governo, sozinho, não conseguiria produzir o petróleo necessário. O Estado não tinha conhecimento técnico nem recursos financeiros para isso.

Na primeira passagem pela Câmara, os deputados modificaram a proposta e incluíram o monopólio estatal. Foi esse o texto sobre o qual os senadores se debruçaram em 1953.

O senador Assis Chateaubriand (PSD-PB), defensor da parceria com as multinacionais, chamou de “jacobinos” os partidários da nacionalização:

— Se é preciso converter o Brasil num produtor e exportador do óleo

em bruto e produtos acabados, o caminho mais rápido e produtivo é o da iniciativa privada. Os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido e a Venezuela dão à palavra nacionalismo o sentido de construção da grandeza nacional, em vez do jacobinismo, cuja tradução se cristaliza no ódio e no medo da cooperação com as nações mais adiantadas. Enquanto o venezuelano enriquece extraindo e industrializando o petróleo, nós nos empobrecemos discutindo como bizantinos quem deverá perfurar poços e construir refinarias.

O senador Landulpho Alves (PTB-BA) — que depois viraria nome de refinaria de petróleo — repeliu o argumento:

— As empresas estrangeiras, representantes do monopólio internacional do petróleo, não devem contribuir, seja com pouco dinheiro, seja com muito, porque são perigosas para o interesse nacional.

No Senado, o lado antimonopólio venceu. Os senadores aprovaram um texto favorável à iniciativa privada. No entanto, o projeto voltou para a Câmara e as emendas do Senado foram sumariamente eliminadas. A palavra final foi dada pelos deputados. Em 3 de outubro de 1953, Vargas acabou sancionando a criação da Petrobras como detentora do monopólio, bem diferente do plano original.

O pesquisador Celso Carvalho Junior, especialista na história do petróleo brasileiro, diz que os trustes eram assustadores naquele momento:

— Os métodos de John Rockefeller, fundador da Standard Oil, para eliminar a concorrência eram bastante criticados. As empresas do petróleo eram acusadas de não respeitar a soberania dos países em que atuavam, de corromper governantes para obter privilégios. Foi em meados do século passado que o petróleo foi nacionalizado no México [1938] e no Irã [1951].



Senador critica: ‘posto de gasolina vai virar repartição pública’

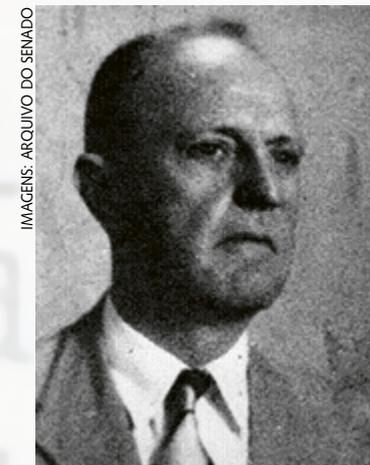
Uma das emendas ao projeto da Petrobras apresentadas no Senado previa que todos os postos de gasolina do Brasil seriam do governo. A corrente majoritária no Senado, porém, era contrária ao monopólio estatal. Assim, a sugestão foi derrubada.

O senador Alencastro Guimarães (PTB-DF), relator do projeto, argumentou seu voto contrário:

— Da forma como está redigida, nós vamos transformar cada posto de gasolina em repartição pública.

Othon Mader (UDN-PR), tio-avô da atriz Malu Mader, foi um senador atuante na defesa do capital privado. Para ele, a burocracia estatal emperraria a exploração do “ouro negro”:

— A ação governamental esbarra com empecilhos que retardam por dias, meses e anos a exploração. Não há de ser com empreendimento estatal que exploraremos tão cedo o petróleo.



IMAGENS: ARQUIVO DO SENADO

O senador Othon Mader, para quem a burocracia do monopólio estatal atrapalharia a exploração do petróleo

Se inconstitucional é a criação de um monopólio em favor da União para o aproveitamento das riquezas minerais, em face do Art. 153 da lei magna, mais inconstitucional será a transferência desse monopólio da União para uma sociedade de caráter privado, como é a "PETROBRÁS".

Detentora do monopólio do petróleo, essa sociedade dominaria os mercados nacionais, eliminaria a concorrência e poderia aumentar arbitrariamente os lucros.

Trecho da emenda do senador Othon Mader que propõe que se retire do projeto o monopólio estatal: sugestão derrubada



| Ouça áudio da Agência Senado: <http://bit.ly/CelsoCarvalho>

Senado ficou perplexo ante suicídio de Getúlio, em 54

Senadores tiveram participação na crise que levou à morte do presidente. Em razão do atentado da Rua Tonelero, adversários subiram à tribuna para exigir que o mandatário renunciasse





Getúlio Vargas em seu último período como presidente: mandatário preferiu se matar a ser tirado à força do Catete

Em quase 19 anos como presidente, somados os dois governos, Getúlio Vargas nunca havia sido atingido por ataques tão pesados quanto os desferidos em agosto de 1954. A exigência de que renunciasse ecoava no Congresso Nacional, nas Forças Armadas, na imprensa e na sociedade. Da tribuna do Palácio Monroe, a sede do Senado, no Rio, o senador Othon Mader (UDN-PR) bradou:

— O senhor Getúlio Vargas domina o Brasil há anos. Se nada fez pela pátria até agora, o que mais poderá realizar em um ano e poucos meses que lhe restam de mandato? É hoje apenas o presidente nominal. Compactua com todos os abusos e já não exerce o poder. A opinião nacional reclama o afastamento como condição para reingressarmos num regime de segurança. O senhor Getúlio Vargas praticaria um ato de patriotismo se atendesse o apelo da nação.

O senador não previa que a crise chegaria ao fim dias depois nem que seria de forma tão brusca e dramática. Getúlio não renunciou. Na manhã de 24 de agosto, ainda vestindo pijama, deu um tiro no coração.

O Arquivo do Senado guarda os discursos feitos pelos senadores naquele agosto. As falas permitem entender, pelo prisma do Senado, um dos episódios mais surpreendentes da história nacional.

O governo estava em crise, por causa de denúncias de corrupção, mas perderia de vez as rédeas da situação com o atentado da Rua Tonelero. Na madrugada de 5 de agosto, o jornalista Carlos Lacerda saía de casa, em Copacabana, quando foi surpreendido por um atirador. Dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, ele era o mais virulento crítico de Getúlio. Lacerda escapou vivo, mas o major da Aeronáutica que o acompanhava levou um tiro mortal. Uma investigação concluiu que a emboscada fora tramada por Gregório Fortunato, o chefe da equipe de segurança de Getúlio.

Desde o atentado, não houve dia em que senadores não tenham subido à tribuna para exigir a renúncia. Bernardes Filho (PR-MG) argumentou que, tendo o crime respingado no presidente, só lhe restaria seguir o exemplo de dom Pedro I e do marechal Deodoro e deixar o poder:

— A responsabilidade pela emboscada da Rua Tonelero não para no pavimento térreo do Palácio do Catete, de onde partiram os empreiteiros para a execução do crime. Ela sobe ao segundo andar e envolve indiretamente o senhor Getúlio Vargas. Infelizmente, a Constituição e a lei não previram punição para o presidente que acoitasse um bando de homicidas nos quartos baixos do palácio.

Em razão da morte do major, as Forças Armadas entraram com tudo na campanha pela renúncia. Os políticos da oposição davam a entender que, se Getúlio ignorasse as pressões, apoiariam os militares num golpe para tirá-lo do Catete à força. O senador Hamilton Nogueira (UDN-DF) discursou:

— O senhor Getúlio Vargas quer ensanguentar o Brasil. Às classes armadas está dado o poder de trazer a tranquilidade ao país. A Aeronáutica já demonstrou seu ponto de vista. A Marinha está solidária com a Aeronáutica. O Exército está de acordo com ambas, que representam a opinião do povo. As Forças Armadas saberão cumprir seu dever.

Até o vice-presidente da República mudou de lado. Café Filho — que, por ser vice, era também presidente do Senado, como mandava a Constituição — usou os microfones do Palácio Monroe para anunciar que havia proposto a Getúlio Vargas a renúncia de ambos. O Congresso elegeria o sucessor para terminar o mandato.



Última Hora noticia que Getúlio "cumpriu a palavra"

"incidente pessoal", e não uma agressão aos militares, e que as eleições estavam próximas:

— Achamo-nos às vésperas de uma eleição, que no próximo ano renovará o Poder Executivo, e não temos paciência de esperar. Em vez disso, queremos logo que as Forças Armadas, chamadas a resolver o incidente, levem o país à desordem e às armas.

Na manhã do dia 24, a notícia do suicídio se espalhou pelo país. Os brasileiros se inteiraram pelo rádio, atônitos. O senador governista Dario Cardoso (PSD-GO) afirmou:

— Indescritíveis são o meu pesar e a minha perturbação ante o ocorrido, em cuja realidade ainda custo a crer. Getúlio Vargas foi indiscutivelmente um dos mais eminentes homens públicos do Brasil e das Américas.

O senador Alencastro Guimarães (PTB-DF) disparou contra os inimigos de Getúlio:

— A campanha destes últimos meses contra a pessoa do senhor Ge-

— Era uma solução que colocaria os interesses nacionais acima de quaisquer sentimentos pessoais ou partidários. Sua Excelência disse que precisava pensar e prometeu-me uma decisão, que ontem me foi transmitida de modo negativo — contou o vice-presidente na véspera do suicídio.

Diante dos ataques incessantes, os senadores governistas se apequenaram. Eles simplesmente não conseguiam responder à altura. Gomes de Oliveira (PTB-SC) tentou argumentar que a morte do major havia sido um

túlio Vargas excedeu todos os limites que neste país alguma vez se permitiram. Morre o senhor Getúlio Vargas. Não morre pela própria mão, mas assassinado pela covardia daqueles que não puderam vencê-lo no coração do povo brasileiro.

Assustados, os adversários adotaram um tom mais diplomático. Entre eles, o senador Ferreira de Sousa (UDN-RN), que se disse consternado:

— O momento é de reverência diante da eternidade, de silêncio à borda do túmulo. Não vale fazer discussões em torno de

pessoas, de fatos. Por um instante, cessam as divergências, calam-se os argumentos, suspendem-se os dissídios e não se pronuncia palavra de crítica.

O corpo foi velado no Palácio do Catete. Milhares de pessoas fizeram fila para se despedir do presidente. Depois, num emocionado cortejo, acompanharam o caixão até o Aeroporto Santos Dumont. Getúlio foi enterrado em São Borja (RS), sua cidade natal. Café Filho afastou-se do Senado e assumiu a Presidência.

— O julgamento de Getúlio Vargas pertence à história, que saberá fazer justiça — disse, dias depois, o senador Attilio Vivacqua (PR-ES).



Diário Carioca trata da emoção no velório, no Catete



“Sacrifício” era ideia que já aparecia em anotação de 1930

O jornalista Lira Neto começa o último livro da trilogia biográfica *Getúlio* (Companhia das Letras) enumerando as muitas vezes, entre 1930 e 1954, em que o presidente cogitou a possibilidade de matar-se:

— Ele queria ser lembrado por sucumbir em defesa da pátria, não por baixar a cabeça aos adversários.

Por que Getúlio Vargas preferiu se suicidar a renunciar?

Foi uma espécie de crônica de uma morte anunciada. Havia anos que Getúlio deixava em seu diário e em sua correspondência indícios de que jamais aceitaria ser deposto. Para ele, isso significaria ser marcado com o signo do vexame, da derrota, da desonra, do ridículo. No dia da chamada Revolução de 1930 [quando chegou ao poder pela primeira vez], ele escreveu que, se o movimento fracassasse, só seu sacrifício limparia aquele erro. Em 1932, no dia seguinte ao movimento constitucionalista de São Paulo, ele redigiu um típico bilhete de suicida. Achando que seria deposto, disse que preferiria morrer como um soldado. Em 1945, ano em que foi deposto, escreveu duas cartas no mesmo tom. Ele levou a intenção a cabo em 1954 ao se ver acuado e sem alternativas. Getúlio não suportava a hipótese de sair do Catete preso. O suicídio foi um gesto que vinha sendo amadurecido, lentamente programado. Uma das últimas aparições públicas de Getúlio ocorreu no início de agosto de 1954, quando ele foi ao Grande Prêmio Brasil, no Jockey Club do Rio. Ele foi alvo de longas vaias. O suicídio provocou tal comoção que essas mesmas pessoas estariam chorando a morte dele semanas depois.

Getúlio Vargas foi mais “pai dos pobres” ou ditador?

A bibliografia sobre Getúlio é vastíssima. Ele foi um dos sujeitos sobre quem mais se escreveu na história do Brasil. Boa parte dos livros, porém, padece de um pecado grave. Ou são ingênuos, devocionais, quase hagiográficos, como se fossem a biografia de um santo, ou são tentativas de desconstrução radical. Nada disso é produtivo. Getúlio é um personagem complexo, contraditório e cheio de ambivalências. Isso é o que o torna tão fascinante. Por um lado, ele protagonizou uma das vitórias eleitorais mais

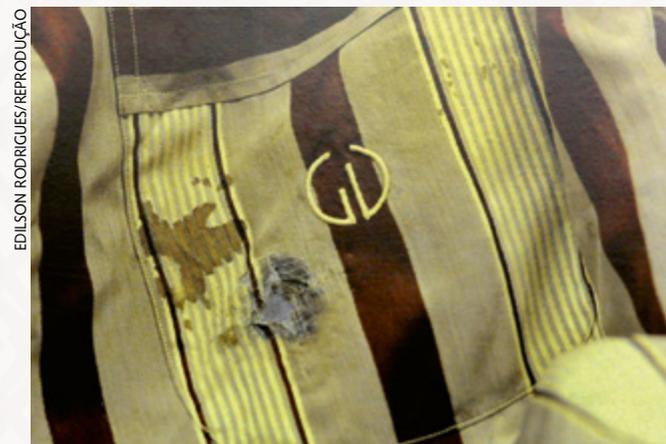
consagradoras do Brasil [em 1950]. Ele instituiu uma série de direitos sociais e modernizou o país, acabando com o estágio agrário pré-capitalista e iniciando a industrialização. Por outro lado, ele provocou muito mal nos oito anos da ditadura do Estado Novo. Foi um governo que calou a imprensa, perseguiu adversários e torturou. Não podemos entendê-lo como um personagem de novela, que é bom ou mau.

Não há cidade que não tenha uma rua ou praça com o nome de Getúlio Vargas. Por quê?

Muitos desses logradouros foram batizados na ditadura do Estado Novo. O culto à personalidade de Getúlio era um dos maiores mecanismos de propaganda do regime. Publicavam-se livros e cartilhas escolares sobre ele, afixavam-se imensas imagens dele em praça pública, faziam-se eventos cívicos espetaculosos. Isso ajudou a cristalizar a mitologia em torno de Getúlio.

Como foi o Getúlio Vargas senador?

Getúlio foi um senador muito pouco assíduo. O que mais chamou a atenção em sua passagem pelo Senado foi um atentado que quase acabou em tragédia. Getúlio estava em seu assento no Plenário quando um sujeito, do alto, na galeria, atirou uma pedra de calçamento na direção dele. A intenção era matá-lo. Getúlio escapou. Mais tarde, atestou-se que aquele sujeito era amalucado. Depois desse episódio, Getúlio sumiu de vez do Senado, não quis mais se expor, desapareceu.



O pijama de Getúlio Vargas com a marca da bala e a mancha de sangue no peito



Morte do presidente adiou golpe em 10 anos, diz historiador

De acordo com o historiador Antonio Barbosa, professor da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o suicídio de Getúlio Vargas mexeu tanto com as emoções do país que parte dos brasileiros que tinham aversão ao presidente passou a encará-lo como vítima.

— Os adversários de Getúlio, então, perderam as forças para tomar o poder. O golpe teve de ser abortado. A ditadura militar só seria imposta dez anos mais tarde — explica.

Por que Getúlio Vargas se matou? Os militares de fato dariam um golpe de Estado?

Getúlio sabia que haveria um golpe para depô-lo. Na última reunião que fez com o ministério, pouquíssimas pessoas ficaram do seu lado. Já idoso [tinha 72 anos] e experiente das lutas políticas, Getúlio sentiu que o cerco havia se fechado e preferiu o gesto dramático do suicídio. Foi, na minha avaliação, o gesto mais inteligente que ele poderia ter feito. Quando deu o tiro no peito, ele estava, claro, pensando em si, em sua biografia, mas também estava pensando muito no Brasil. Ele sabia que o suicídio impediria de chegar ao poder aquelas forças que lutavam contra ele, contra o trabalhismo e contra as reformas sociais que vinha implementando. Com o suicídio, as emoções afloraram pelo Brasil afora e Getúlio conseguiu reverter a oposição que já estava ganhando as ruas. O suicídio mexeu com o imaginário do país inteiro. Em toda a história do Brasil, não houve nenhum outro presidente que tenha se suicidado. O país levou um susto tão grande que os adversários do presidente perderam as forças para tomar o poder. O golpe que se planejava teve de ser abortado. Em outras palavras, o suicídio de agosto de 1954 retardou o golpe de Estado em dez anos. A ditadura militar só seria imposta em 1964.

Por que a situação de Getúlio ficou insustentável a ponto de a oposição cogitar um golpe?

No primeiro semestre de 1954, a corrupção chegou a pessoas muito próximas de Getúlio [um de seus filhos foi acusado de fazer negócios escu-

sos] e isso o desgastou muito. O presidente, entretanto, nunca foi corrupto. Cito um caso corriqueiro para ilustrar. Depois que foi deposto, em 1945, após 15 anos no Catete, ele voltou para o Rio Grande do Sul. Lá, teve a intenção de ampliar um pouco sua fazenda, comprar alguns hectares de terra. Para isso, ele precisou tomar um empréstimo no Banco do Brasil. Veja a situação: aquele que havia sido o homem mais poderoso do país simplesmente não tinha dinheiro suficiente para ampliar sua fazenda. Em 1954, Getúlio não foi capaz de enxergar os desvios que ocorriam ao seu redor, de perceber que pessoas muito próximas faziam negócios à sombra do Estado e enriqueciam. A oposição aproveitou bem a oportunidade e conseguiu criar a imagem de um governo submerso na corrupção.

A oposição era tão forte assim?

Getúlio não mantinha boas relações com o Congresso nem respondia de forma adequada às críticas da oposição. Tal inabilidade se explica pelo fato de Getúlio simplesmente não saber conviver com a democracia. Isso, de certa maneira, é compreensível. Ele era um homem saído do século 19. Para ele, a centralização do poder era indispensável para que o Brasil se desenvolvesse. Foi por isso que, entre 1937 e 1945, governou como ditador. Em 1951, porém, voltou ao poder pelo voto popular. Sob o regime democrático, enfrentou dificuldades crescentes para governar. Getúlio foi incapaz de lidar com o contrário, típico da democracia, e sucumbiu.

Em 1945, poucas semanas depois de ter sido derrubado da Presidência, Getúlio foi eleito para o Senado. Como foi o Getúlio senador?

Getúlio Vargas é um exemplo clássico do político sem a menor vocação para o Legislativo. Posso compará-lo a Leonel Brizola, que em 1962 foi eleito deputado com a maior votação da história do Brasil, mas jamais se notabilizou na Câmara. Nenhum dos dois nasceu para o debate parlamentar, para o discurso. Eles foram feitos para o Executivo. A passagem de Getúlio pelo Senado foi muito apagada.



Pedro Simon assistiu ao enterro, em São Borja

Pedro Simon, que em 2014 era senador pelo PMDB do Rio Grande do Sul e tinha 84 anos, lembra-se bem do dia em que Getúlio Vargas se suicidou.

— As reações populares foram imediatas. Em Porto Alegre, onde eu vivia, atacaram a sede da polícia, de empresas americanas, do Partido Libertador. Houve incêndio e quebra-quebra — conta ele, que na época tinha 24 anos e era líder estudantil e militante do varguista PTB.

O enterro de Getúlio foi em São Borja (RS). Por essa razão, a frequência dos voos entre Porto Alegre e a cidade fronteiriça aumentou e Simon conseguiu embarcar para assistir ao sepultamento.

Ele se recorda da multidão que foi dar adeus ao líder e de cópias de sua carta-testamento — célebre pela frase “saio da vida para entrar na história” — sendo distribuídas na cerimônia.

— João Goulart, Tancredo Neves e Osvaldo Aranha [que haviam sido seus ministros] fizeram discursos fantásticos. O de Osvaldo Aranha foi emocionante. Ele contou que Getúlio Vargas era rígido nos princípios, não tinha preocupação com as coisas materiais e colocava o bem da sociedade acima de tudo — lembra.

Algum tempo depois, Pedro Simon participou de um debate sobre o suicídio. Ele ouviu de colegas que, segundo a fé católica, os suicidas não vão para o céu.

— Discordei. Não se pode dizer que a morte de Getúlio Vargas foi um suicídio a rigor. Ele morreu para evitar o derramamento de sangue e uma crise de consequências imprevisíveis. Foi um ato de heroísmo. Teria sido um mero suicídio se ele tivesse sido deposto, regressado para São Borja e só então se suicidado. Com sua morte, Getúlio retardou o golpe militar em dez anos.

Getúlio Vargas esteve no poder duas vezes — de 1930 a 1945 e de



Pedro Simon, ex-senador: “Getúlio morreu para evitar uma crise de consequências imprevisíveis”

1951 a 1954. No primeiro período, por meio de um golpe de Estado. No segundo, eleito pelo voto popular.

Para Simon, ele foi um grande presidente. Getúlio, por exemplo, deu início à modernização e à industrialização do Brasil, fundou a Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobras, instituiu o voto secreto, liberou o voto da mulher e criou as leis trabalhistas.



Assista a vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/ArquivoSVargas>
Ouça reportagem da Rádio Senado: <http://bit.ly/suicidioRadio>

Senadores vibraram na conquista da 1ª Copa

Discursos feitos em 1958 mostram Senado emocionado por causa do primeiro título do Brasil. Jogadores foram recebidos com festa no Rio, a capital do país

Na final da Copa da Suécia, em 1958, entre brasileiros e suecos, o protagonista foi um jogador novato. Pelé tinha só 17 anos e nunca havia viajado para o exterior. Ele foi autor de dois gols, incluindo o derradeiro do Mundial. No finzinho do jogo decisivo, ao ver que sua cabeçada havia levado a bola à rede, não resistiu à emoção e tombou desfalecido. Pelé acordou pouco depois, campeão, e se derramou em lágrimas. Naquele 29 de junho de 1958, o placar terminou em 5 a 2, uma goleada dos brasileiros.

Acompanhando tudo pelo rádio — a TV não tinha tecnologia para transmitir a Copa ao vivo —, os brasileiros viveram a mesma emoção de Pelé. Foi um domingo de delírio no país. A taça do mundo era finalmente nossa. Com o primeiro título, sepultavam-se o fiasco de 1954 (eliminação nas quartas de final) e principalmente o de 1950 (derrota no Maracanã).

O Senado se deixou contagiar pelas comemorações. Nos dias que se seguiram, não houve senador que usasse o microfone da tribuna sem fazer referência à vitória. O senador Kerginaldo Cavalcanti (PSP-RN) disse que o domingo havia sido “um grande dia para todos os corações brasileiros”:

— Depois de tantos anos, de tantos esforços, vimos afinal coroados de êxito os nossos propósitos. Conseguimos um triunfo deveras notável. Essa vitória testemunhou as qualidades inextinguíveis de nossa raça.

O senador Alencastro Guimarães (PTB-DF) se derramou em elogios à Seleção. Na avaliação dele, Pelé, Garrincha, Zagallo e companhia portaram-se em todas as partidas “com elegância, correção e disciplina”.

— Devemos gratidão a esses rapazes, que elevaram bem alto o nome e a bandeira do Brasil — afirmou.

Nas palavras do senador Neves da Rocha (PTB-BA), os “valerosos patrióticos” fizeram a Europa “curvar-se ante o Brasil”.

Os discursos de 1958 estão guardados no Arquivo do Senado, em Brasília. Os documentos são mantidos em salas com controle de umidade e temperatura para impedir a proliferação de fungos que danificam papéis antigos. Na época em que os discursos foram proferidos, o Senado funcionava no Palácio Monroe, no Rio, então Distrito Federal. A transferência da capital para Brasília se daria em 1960.

Quatro dias após a vitória, a delegação brasileira foi recebida com festa no Aeroporto do Galeão e desfilou em carro aberto pelo Rio. Bellini, o capitão da Seleção, exibiu a Taça Jules Rimet. Milhares de cariocas aplaudiram



O presidente JK cumprimenta Bellini, o capitão de 1958: título sepultou fiascos de 1950 e 1954

os jogadores. Na tribuna do Senado, o senador Ezechias da Rocha (PR-AL) descreveu como “apoteótica” a recepção aos “heróis de Estocolmo”:

— A história da cidade nunca havia registrado uma manifestação popular de tais proporções, de tanta alegria e entusiasmo, de tanta efusão patriótica. Delirou a alma da nação.

O senador Gilberto Marinho (PSD-DF) disse que os cariocas deram as boas-vindas aos campeões “em nome dos 60 milhões de brasileiros espalhados por todos os recantos do país”. De acordo com ele, a partir daquele momento, o futebol brasileiro nunca mais seria o mesmo:

— Nos campos da Europa, esses jovens patricios fizeram a afirmação de nossa maioria esportiva.

Na avaliação do senador Gomes de Oliveira (PTB-SC), aquela vitória também precisaria ser vista “sob o aspecto da propaganda”, pois atraiu os olhos de todo o mundo para o Brasil. Ele afirmou que o futebol era importante por ensinar a disciplina e o esforço coletivo, mas fez uma ressalva:

— O futebol, o mais popular dos esportes nacionais, não será, decerto, em si, o mais conveniente à educação física.



Bellini, Zagallo, Garrincha e Nilton Santos comemoram vitória na Suécia

Hoje, mais de meio século depois, uma afirmação assim provocaria, no mínimo, estranhamento. Naquele tempo, ao contrário, soava perfeitamente natural. Segundo o jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, autor do livro *Feliz 1958 — o ano que não devia terminar* (Editora Record), o futebol era visto com preconceito:

— Era tido como um esporte de negros, de pobres. Dizia-se que o Brasil havia perdido a Copa de 1950 porque a base da Seleção eram jogadores negros que haviam se acovardado na final. Havia o boato de que Bigode [brasileiro], que era negro, havia levado uma bofetada de Obdulio Varela [uruguaio] sem revidar, no jogo decisivo, o que teria abalado a equipe. É tudo mentira, coisa do preconceito. Na realidade, a vitalidade do futebol brasileiro se deve justamente aos jogadores negros.



“1958 foi o ano em que tudo deu certo para o Brasil”, diz jornalista

Em 1950, quando foi anfitrião da Copa do Mundo pela primeira vez, o Brasil era um país rural e sem autoestima. Em 2014, quando abrigou o Mundial pela segunda vez, já era um país diferente — urbano e orgulhoso de seus talentos.

A transição do Brasil antigo para o Brasil moderno começou em 1958, de acordo com o jornalista Joaquim Ferreira dos Santos, autor do livro *Feliz 1958 — o ano que não devia terminar* (Editora Record).

— Foi o ano em que tudo deu certo. O Brasil ganhou a Copa do Mundo pela primeira vez. João Gilberto lançou *Chega de Saudade*, o disco fundador da bossa nova. A revista *Manchete* apresentou fotos belas da colunata do Palácio da Alvorada pronta, mostrando que Brasília, em construção, se tornaria mesmo realidade, e não mais uma lenda brasileira que não se confirmaria. A arquitetura de Niemeyer causava espanto internacional. Em 1958, o Brasil assistia a *Rio Zona Norte*, o primeiro filme de Nelson Pereira dos Santos, que inaugurou o Cinema Novo. O Brasil se industrializava.

Na avaliação do jornalista, essa sequência de “conquistas” em 1958 fez nascer um orgulho brasileiro que não existia antes.

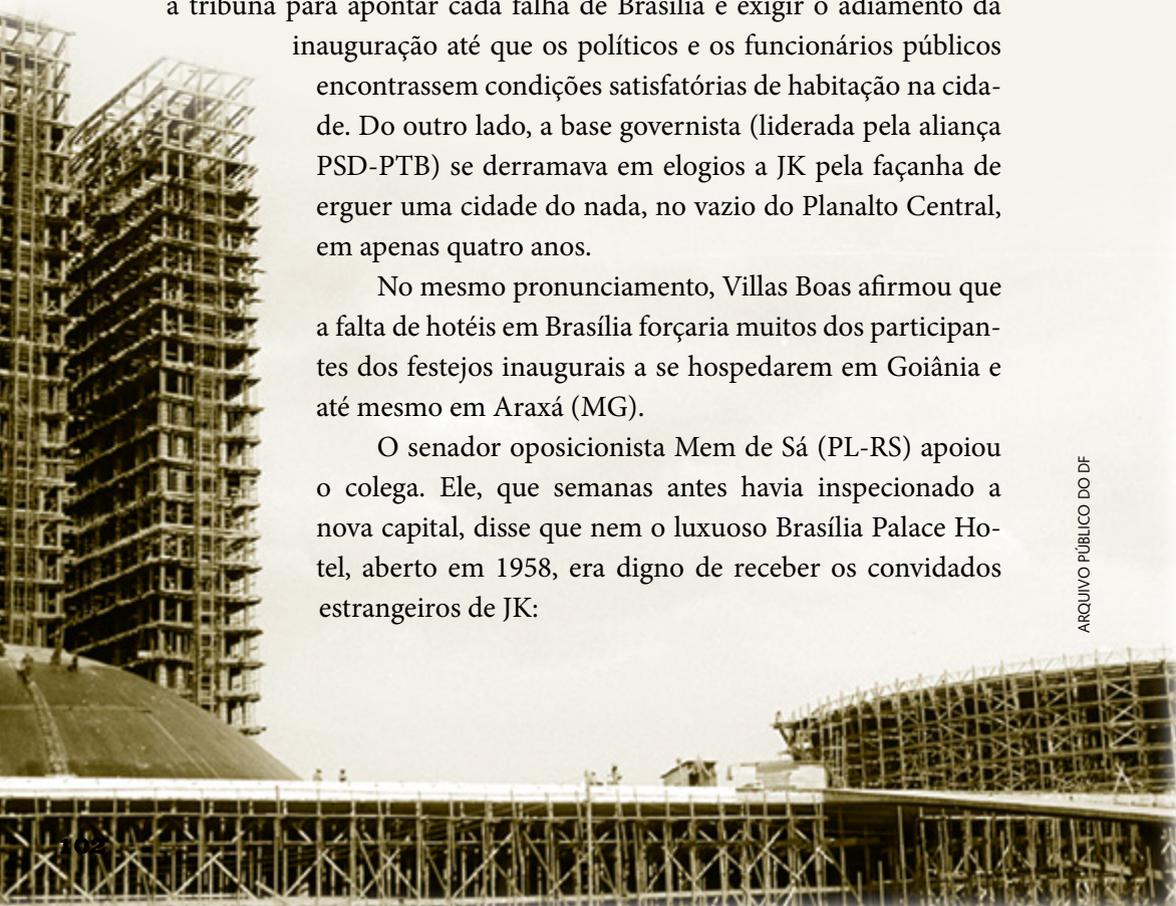
— Até então, não havia nada que tornasse o Brasil celebridade internacional. Ali, o Brasil passou a ser reconhecido não pela miséria e pelo subdesenvolvimento, mas pelo talento do futebol, pela sofisticação da música, pela beleza da arquitetura. Nós nos tornamos internacionais pela primeira vez.



Oposição fez campanha contra mudança para Brasília

Em 1960, faltando poucos dias para a inauguração da capital, adversários do presidente Juscelino Kubitschek no Senado tentavam adiar o acontecimento sob o argumento de que a cidade ainda não oferecia condições adequadas de habitação





O senador João Villas Boas (UDN-MT) estava inconformado. Quando faltavam apenas duas semanas para a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, marcada para 21 de abril de 1960, ele subiu à tribuna do Palácio Monroe, a sede do Senado, no Rio, para argumentar que o presidente Juscelino Kubitschek cometia um erro grave ao inaugurar uma cidade ainda em obras:

— O senhor presidente está distribuindo convites até a Sua Santidade o papa e à rainha da Inglaterra para virem assistir a quê? A andaimes, apartamentos em construção e ruas poeirentas, que só atravessá-las nos deixa a roupa marrom. Isso na época da seca. Quando chove, é preciso tirar os sapatos e suspender a calça até o joelho para atravessar o lamaçal. A cidade também não tem luz nem esgoto. É grande o ridículo da parte de nosso governo.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que, às vésperas da transferência, o clima no Plenário era de excitação. De um lado, a oposição (encabeçada pela UDN) insistentemente ocupava a tribuna para apontar cada falha de Brasília e exigir o adiamento da inauguração até que os políticos e os funcionários públicos encontrassem condições satisfatórias de habitação na cidade. Do outro lado, a base governista (liderada pela aliança PSD-PTB) se derramava em elogios a JK pela façanha de erguer uma cidade do nada, no vazio do Planalto Central, em apenas quatro anos.

No mesmo pronunciamento, Villas Boas afirmou que a falta de hotéis em Brasília forçaria muitos dos participantes dos festejos inaugurais a se hospedarem em Goiânia e até mesmo em Araxá (MG).

O senador oposicionista Mem de Sá (PL-RS) apoiou o colega. Ele, que semanas antes havia inspecionado a nova capital, disse que nem o luxuoso Brasília Palace Hotel, aberto em 1958, era digno de receber os convidados estrangeiros de JK:

— Quando lá estive, o hotel mostrava em inúmeros pontos as marcas da imprudência administrativa pela ânsia da construção em tempo recorde. Já eram inúmeros os lugares nos forros e nos tetos em que as infiltrações e a umidade faziam com que começassem a cair os revestimentos, que, de resto, são precários, de segunda e de terceira qualidade.

JK vinha inaugurando com pompa e circunstância cada edifício que ficava pronto. O objetivo era convencer o Brasil de que a transferência se daria, sim, em 21 de abril, conforme mandava o cronograma original.

— Em 21 de abril, pedir-se-á emprestado um cadáver a Goiânia para a inauguração do cemitério de Brasília — alfinetou Mem de Sá, arrancando gargalhadas dos colegas.

O senador Lobão da Silveira (PSD-PA) correu para defender o governo. Ele disse ter certeza de que Brasília estaria completamente em ordem dentro de poucos dias:

— Em Brasília, trabalham-se 24 horas por dia e multiplicam-se os dias por três.

O senador Daniel Krieger (UDN-RS) rebateu:

— E também se gasta por três.

Outro argumento dos opositores era que o governo passaria um bom tempo livre do controle popular, já que a nova capital ainda não oferecia a infraestrutura básica de telecomunicações às emissoras de rádio e TV.

A mudança da capital do Rio para o centro do país já estava decidida desde o início da República. Atendendo a uma determinação da Constituição de 1891, o presidente Floriano Peixoto criou no ano seguinte uma comissão que explorou o Planalto Central e apontou a área do estado de Goiás que deveria abrigar a nova sede do governo.

Aliado de JK, o senador Lima Teixeira (PTB-BA) apresentou o principal argumento dos chamados mudancistas:

— Com a transferência da capital, levaremos um pouco do progresso do litoral para o interior do Brasil. Não é possível que continue o Brasil com duas zonas distintas: uma subdesenvolvida e outra próspera. Quando se concretizar a transferência da capital para o coração do Brasil, aqueles que aqui se utilizaram da tribuna para combatê-la hão de arrepender-se, diante das possibilidades econômicas que impulsionarão o país.

Mesmo fazendo parte da base governista, o senador Caiado de Castro (PTB-DF) não escondia sua irritação com o ritmo das obras. Ele pediu a

palavra para reclamar que seu apartamento funcional em Brasília ainda não estava pronto:

— Não sou homem de comodidades. Nasci no Distrito Federal [a cidade do Rio], mas vivi no sertão. Como soldado, já dormi até em barraca. Mas, como senador da República, posso morar numa barraca em Brasília? Se receber as chaves do apartamento, irei para a nova capital. Se não, permanecer aqui, na Cidade Maravilhosa, aguardando que termine a construção do edifício que terei que habitar.

Com a transferência, a cidade do Rio deixaria de ser o Distrito Federal e se transformaria no estado da Guanabara. Caiado, que era carioca, disse que seus conterrâneos estavam felizes com a mudança, pois deixariam de ter um prefeito nomeado pelo presidente da República:

— De agora em diante, seremos donos do nosso nariz. Poderemos dirigir o estado com aqueles que tiverem a ventura de merecer a confiança do povo [pelo voto]. Hoje, como se sabe, quem manda é o governo federal.

O Congresso Nacional teve papel decisivo na criação de Brasília. Fo-

ram os senadores e deputados que aprovaram as leis propostas por JK, incluindo as que liberaram os recursos financeiros necessários para as obras.

Explica o historiador e consultor legislativo do Senado Marcos Magalhães, autor de um estudo sobre a mudança da capital na perspectiva do Congresso:

— A oposição não se empenhou em derrubar os projetos relativos a Brasília porque acreditava que a nova capital era uma utopia e representaria o suicídio político de JK. Os projetos acabaram sendo aprovados com facilidade. Só no final, quando a nova capital já era irreversível, a oposição se mobilizou para criar CPI e adiar a inauguração. No entanto, nada disso adiantou.

Assim, com repiques de sinos, missas, coquetéis, jantares e bailes, JK cumpriu sua promessa e inaugurou Brasília no feriado de Tiradentes.

A derradeira sessão do Palácio Monroe ocorreu na tarde de 14 de abril, uma semana antes dos festejos. Cheios de nostalgia, os senadores se despediram do Rio.

— Estas cadeiras que ocupamos vagas ficarão para todo o sempre — discursou o senador Argemiro de Figueiredo (PTB-PB). — Não sairemos daqui com a fleuma intangível dos ingleses. Sairemos como latinos, arrebatados de emoções. Os nossos discursos, os debates calorosos, os pequenos incidentes, o rumor dos nossos passos, subindo e descendo os degraus deste recinto, este teto sóbrio e nobre, estas colunas romanas, a agitação dos taquígrafos, a curiosidade indiscreta dos jornalistas, o ruído dos tímpanos, tudo que lembramos transmuda-se em saudades tão intensas que nos levam a dizer que esta Casa, ao cerrar as suas portas, guardará também alguma coisa de nossa própria vida.

O senador Jorge Maynard (PSP-SE) também se emocionou:

— Não podemos esconder nem dissimular as saudades com que todos deixamos a terra carioca. Mas o interesse maior do Brasil exige que a deixemos e o fazemos certos de que estamos praticando um ato de sadio patriotismo. O Rio de Janeiro ficará para sempre nos nossos corações e dele levaremos as mais gratas recordações. O Brasil nunca esquecerá que aqui pulsou durante séculos a alma da nação brasileira.

O senador Guido Mondin (PRP-RS) citou os apelidos que Brasília e o Rio de Janeiro ganharam naquela época — Novacap (nova capital) e Velhacap (velha capital):



O canteiro de obras do Palácio da Alvorada: capital foi inaugurada em abril de 1960, ainda incompleta

— Não me conformo quando se referem ao Rio de Janeiro chamando-o de Velhacap. Não! Ninguém lhe tirará mais a situação que o tempo lhe deu, transformando esta ainda capital de nossa pátria numa das mais belas cidades do mundo, a nossa Belacap. Brasília há de ser agora o cérebro desta nação, mas o Rio de Janeiro será sempre o coração da pátria.

No meio de todo aquele frenesi, o senador Afonso Arinos (UDN-DF) advertiu que ninguém havia se preocupado com o busto de Ruy Barbosa que adornava o Plenário do Senado. A efígie do célebre jurista, que foi senador de 1890 a 1921, quase ficou para trás na mudança para Brasília. O senador Cunha Mello (PTB-AM), que presidia a sessão, avisou que a Mesa do Senado acolhia a sugestão e decidia que a imagem seria levada para a nova capital — é a mesma que se encontra hoje no Plenário do Senado.

A primeira sessão do Senado no edifício assinado por Oscar Niemeyer se realizou em 22 de abril, um dia após a inauguração da capital. Villas Boas, Mem de Sá, Krieger e Caiado, os senadores mais críticos da mudança, faltaram. Dos parlamentares presentes, o que se ouviu foram discursos ufanistas e de louvor a JK.

— Devemos a inauguração da nova capital do Brasil à vontade, à energia, à determinação e à audácia de Juscelino Kubitschek, que realizou o sonho dos nossos antepassados — afirmou o senador Victorino Freire (PSD-MA).

O senador Alô Guimarães (PSD-PR) descreveu Brasília como “uma revolução arquitetônica, urbanística, política, social e econômica” que conduziria o país a sua “destinação gloriosa”. De acordo com o senador Saulo Ramos (PTB-SC), a nova cidade se transformava na “sede do coração e do pulso da nacionalidade”. O senador Novaes Filho (PL-PE) disse:

— A caminhada daqui por diante será bem mais fácil porque bem mais fácil será a distribuição dos favores, da assistência, da proteção e do amparo governamentais a todas as populações do Brasil. Nosso país certamente há de irradiar-se de Brasília, com alto sentido de justiça, sem preterições e sem preferências.

A oposição não teve como ignorar o êxito da transferência da capital. Nos pronunciamentos da sessão inaugural, porém, os senadores da UDN buscaram tirar o protagonismo de Juscelino Kubitschek e destacaram apenas os trabalhadores que tornaram a nova capital realidade. O senador

Heribaldo Vieira (UDN-SE) discursou:

— A União Democrática Nacional bate palmas ao povo, que nas suas carnes lancinantemente sofreu a fome e a miséria para que se pudesse construir Brasília no ritmo acelerado que hoje culmina com esta inauguração magnífica a que assistimos todos nós, representantes do povo e candangos que para aqui vieram edificar Brasília.

Conterrâneo e aliado de JK, o senador Lima Guimarães (PTB-MG) fez um pronunciamento em tom de desforra:

— Aí está Brasília, desconcertando aqueles que nela não acreditavam, os incrédulos e os adversários, verdadeiros inimigos da pátria, porque não sabiam compreender que a interiorização da capital significava um passo gigantesco para o desenvolvimento econômico do país.

O senador Attilio Vivacqua (PR-ES) pediu ao “espírito patriótico” dos senadores que perdoasse “as falhas e imperfeições inevitáveis nesta obra gigantesca”. De fato, a cidade estava inacabada. O prédio do Congresso também. Além disso, boa parte da papelada e dos funcionários do Senado não havia chegado a Brasília. Por essa razão, 40 senadores apresentaram um requerimento para que a Casa entrasse em recesso. O senador Freitas Cavalcanti (UDN-AL) advertiu que seria perigoso “impor-se silêncio a uma das Casas do Poder Legislativo”. A oposição, mais uma vez, foi ignorada. A primeira sessão em Brasília se encerrava e o Senado entrava em recesso. Os senadores só voltariam a se encontrar três semanas depois.



Em 1985, a madrugada mais longa da República



Tancredo Neves era operado justamente na véspera da posse. Enquanto a ditadura se mobilizava para impedir o vice José Sarney de assumir, o Congresso agia para salvar a redemocratização

Foi uma cerimônia rápida e sem discurso. Na manhã de 15 de março de 1985, uma sexta-feira, o Congresso Nacional deu posse a José Sarney. O novo vice-presidente, logo em seguida, dirigiu-se ao Palácio do Planalto. Lá, no papel de presidente interino, ele fez um pronunciamento quase lacônico aos novos ministros.

— Eu estou com os olhos de ontem — Sarney abriu o discurso, referindo-se à madrugada que ele, angustiado, passara em claro.

Não só ele. O Brasil todo estava atônito. Na noite anterior, faltando 12 horas para a posse, Tancredo Neves, o presidente eleito, era levado às pressas para o Hospital de Base, em Brasília, para ser submetido a uma cirurgia no abdome.

A posse era aguardada com ansiedade porque marcaria a volta do país às liberdades democráticas, após 21 anos sob o tacão da ditadura. Entretanto, temia-se que os militares usassem a ausência de Tancredo como pretexto para impedir a posse do vice e dar um novo golpe. Foi a madrugada mais longa da República.

O Arquivo do Senado guarda os discursos feitos pelos senadores, da tribuna, naquele momento histórico. Os documentos mostram que, a caminho do 15 de março, o país estava eufórico. A expressão “Nova República” era repetida à exaustão. Ninguém antecipava o sobressalto que se avizinhava.

Na véspera da posse, o senador José Sarney (PMDB-MA) se despedia dos colegas no Plenário:

— Saio do Senado no alvorecer de um momento extraordinário de floração de grandes esperanças no país. Tenho a nítida visão histórica e política da missão que exercerei. Posso dizer ao Senado que exercerei a Vice-Presidência com absoluta doação, total sacrifício e uma visão maior das minhas responsabilidades de político, num momento de restauração do poder civil.

Pedro Simon (PMDB-RS) também deixava o Senado. Ele se licenciava para ocupar o Ministério da Agricultura:

— Parece-nos importante a data que viveremos amanhã. Uma data que, após 21 anos, marca uma mudança importante no cenário político desta nação. A candidatura do senhor Tancredo Neves nasceu do debate e da vontade popular, percorrendo as ruas e praças deste país, na campanha pelas eleições diretas, que infelizmente não foram aprovadas pelo Congresso. A sociedade teve ampla presença na elaboração de um programa de

transição que significa uma nova página na história deste país.

Simon se referia à campanha das Diretas Já, iniciada em 1983. Mobilizações pelo país pressionavam o Congresso Nacional a aprovar a Emenda Dante de Oliveira, que previa a eleição direta para presidente. Tancredo foi um dos políticos mais aguerridos do movimento. Em 1984, porém, a emenda foi rejeitada.



Tancredo Neves vence a eleição presidencial indireta em janeiro de 1985, e o povo comemora em Brasília

As esperanças, então, foram todas depositadas na eleição indireta de 1985. Mais especificamente, na candidatura opositora ao governo militar. Em 15 de janeiro, o Colégio Eleitoral (formado pelos senadores e deputados, além de delegados das Assembleias Legislativas dos estados) elegeu Tancredo Neves, com 480 votos. A vitória foi esmagadora. Paulo Maluf, o candidato governista, obteve 180 votos.

Ainda na véspera da posse, o senador Martins Filho (PMDB-RN) subiu à tribuna para também explicar a relação entre as Diretas Já e a ascensão de Tancredo:

— O presidente Tancredo Neves não é do meu partido, nem do PFL, nem da Aliança Democrática. É, antes de tudo, o presidente feito pelo povo. O povo que saiu às ruas, aos milhões, num clamor por eleições diretas. O povo que, traído por representantes que não ouviram seu apelo tão enfático, agarrou-se a Tancredo como que a uma bandeira. Assim Tancredo se fez presidente de cada brasileiro, muito antes que o Colégio Eleitoral cumprisse a formalidade legal de elegê-lo. Bem-vindo, presidente! Bem-vinda, Nova República!

A hospitalização, às 22h do dia 14 de março, impossibilitava a presença de Tancredo na posse, às 10h do dia 15. Brasília assistiu a várias reuniões políticas pela madrugada adentro. Não estava claro se o vice poderia assumir o poder sem o titular já estar empossado.

Entre os documentos guardados no Arquivo do Senado, está a ata de uma reunião, realizada antes de amanhecer, da cúpula do Poder Legislativo — os presidentes do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), e da Câmara, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e os líderes partidários das duas Casas. Eles decidiram o futuro. Diz a ata:

“Ouvidos todos os presentes, houve inteira concordância no sentido de, mediante a apresentação de laudo médico que comprove a impossibilidade de o presidente eleito ser empossado nessa solenidade, a Mesa do Senado deverá dar posse ao vice-presidente eleito”.

Informado da decisão por telefone, José Sarney não conseguiu dormir. Às 10h, ele chegava ao Congresso para prestar juramento como vice-presidente e assumir interinamente a Presidência.

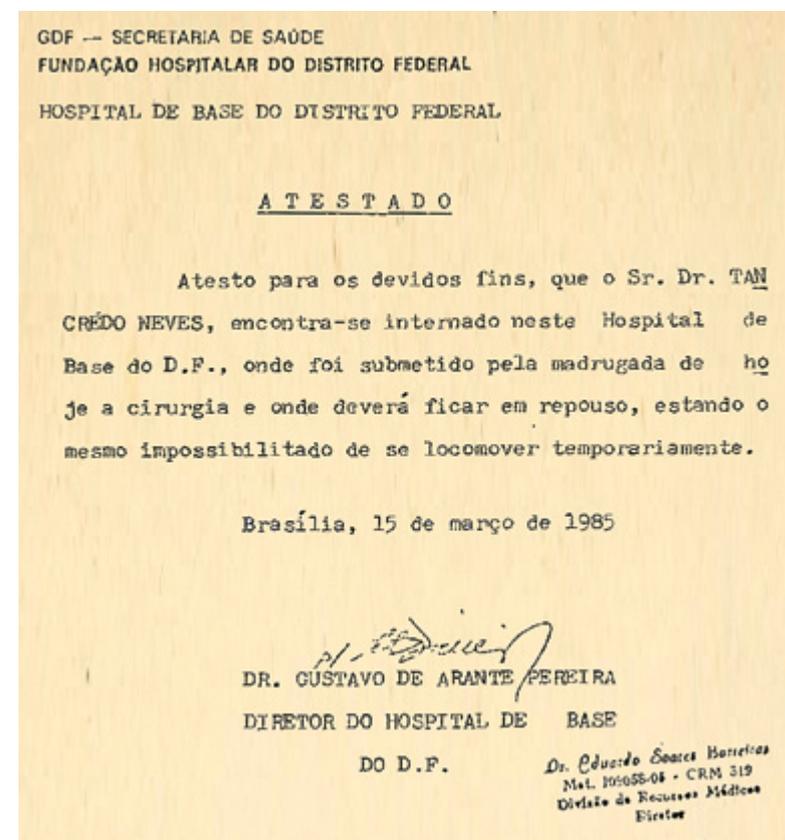
Outro documento histórico do Arquivo do Senado é o livro que contém os termos de posse de todos os presidentes do Brasil, desde o marechal Deodoro da Fonseca. Como são redigidos por calígrafos, eles precisam ser

preparados com antecedência. O livro, por isso, traz o termo que Tancredo não conseguiu assinar. A folha teve que ser anulada. Sobre o texto, com caneta vermelha, anotou-se “sem efeito” em letras garrafais. Um novo termo de posse precisou ser escrito às pressas, em nome do vice-presidente.

Sarney encontrou o Palácio do Planalto vazio. O presidente João Figueiredo se recusara a passar a faixa presidencial para o vice. Eles eram inimigos desde que Sarney deixara a presidência do partido governista, o PDS, e se juntara à oposição, levando consigo correligionários insatisfeitos com o governo militar. Figueiredo saiu do Planalto pela porta dos fundos assim que a sessão no Congresso Nacional terminou.

No dia 18, o senador Carlos Alberto (PDS-RN) subiu à tribuna para defender o último presidente militar:

— Na quinta-feira à noite, eu telefonava para o presidente Figueiredo



Atestado médico enviado ao Congresso informa que Tancredo não pode tomar posse

Termo de posse dos Excelentíssimos Doutores Tancredo de Almeida Neves e José Sarney, nos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente da República.

Às dez horas do dia quinze de março, do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, perante o Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta de suas duas casas, no Plenário da Câmara dos Deputados, na Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, constituída dos senhores Senadores José Fragelli, Presidente; Enéas Garcia, Primeiro Secretário; João Sobrinho, Segundo Secretário; Macacondes Galdino, Terceiro Secretário; e Senadora Eunice Michiles, Quarto Secretário, compareceram os senhores Doutores Tancredo de Almeida Neves e José Sarney, e, nos termos do "caput" do artigo setenta e seis e parágrafo primeiro do artigo setenta e sete da Constituição Federal, foram solenemente empos-

para falar acerca da situação no país quando Tancredo Neves era hospitalizado e eu via José Sarney sair às pressas do bloco onde residimos. Perguntei qual era a posição de Sua Excelência [Figueiredo], e a resposta foi aquela que eu esperava: "Carlos Alberto, a Constituição será respeitada. Eu jurei fazer deste país uma nação democrática no dia em que assumi a Presidência". Temos que fazer justiça àquele que deu todas as condições para que Tancredo pudesse ser o presidente eleito.

Os dias seguintes se seguiram com relativa tranquilidade. Segundo os médicos, a cirurgia havia corrido bem. Acreditava-se que Tancredo logo teria alta.

Na tribuna, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) fez um relato da primeira reunião ministerial, ocorrida no dia 17 de março, um domingo. Nela, Sarney havia anunciado, por exemplo, um corte de 10% do Orçamento fiscal e a proibição de contratação de novos funcionários públicos. Disse Lucena:

— São essas as primeiras mudanças da Nova República. São firmes e vigorosas como pretendia o presidente Tancredo Neves e como as vem conduzindo o vice-presidente José Sarney, embora ainda não tenham o colorido que só a presença daquele que foi escolhido pelo Colégio Eleitoral, com o respaldo total da sociedade brasileira, poderia lhe dar. Mas esperamos em Deus que isso possa ocorrer dentro de poucos dias.

Na avaliação do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), Sarney vinha governando "com discrição, probidade, competência, admiração e respeito". O senador Moacyr Duarte (PDS-RS), que apoiava o regime militar, discordou:

— O presidente José Sarney não pode e não deve, por maior fidelidade e devotamento que guarde ao titular do cargo, condicionar a saúde da nação à saúde do seu primeiro magistrado. O governo precisa deslanchar, governar a pleno vapor, e não apenas em câmera lenta, esperando pelo imprevisível.

Ao invés de melhorar, Tancredo piorou. A situação ficou tão grave que os médicos decidiram transferi-lo para o Instituto do Coração, em São Paulo. O diagnóstico começara com apendicite, fora mudado para diverticulite e no final acabara sendo fechado em tumor benigno no intestino. Ao todo, Tancredo passou por sete cirurgias. Até a oposição ficou sensibilizada.

— A prolongada e comovedora agonia do presidente vem provocando em toda a nação impressionantes demonstrações de solidariedade, evidenciando a realidade de um povo traumatizado e perplexo diante de uma tra-

gédia sem paralelo nos anais da história do Brasil — discursou o senador Lourival Baptista (PDS-SE) em 17 de abril.

Tancredo morreria pouco depois, de falência de múltiplos órgãos, no dia 21, um domingo, feriado de Tiradentes. Milhões de brasileiros, emocionados, acompanharam os cortejos fúnebres em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del Rei (MG), sua cidade natal, onde foi enterrado.



José Sarney toma posse como vice em março de 1985 e Tancredo Neves é velado no Planalto em abril

Segundo o jornalista José Augusto Ribeiro, que foi assessor de imprensa de Tancredo na época do Colégio Eleitoral, o político mineiro sabia desde a virada de 1984 para 1985 que algo não ia bem em seu abdome. Entretanto, recusava-se a consultar-se com um médico porque sabia que os espiões do Serviço Nacional de Informações (SNI) seguiam todos os seus passos. Tendo a informação de alguma doença, a ditadura poderia “virar a mesa” e cancelar o Colégio Eleitoral.

Tancredo buscou ajuda médica apenas em 11 de março, quando as dores já beiravam o insuportável. A operação deveria ser imediata. Ele rechaçou a ideia. Disse que só iria para o hospital depois da posse. Na noite do dia 14, porém, não havia mais como adiar. Tancredo morreria se deixasse a cirurgia para o dia seguinte. Para convencê-lo, seu sobrinho Francisco Dornelles blefou dizendo que Figueiredo havia aceitado a posse de Sarney.

— Tancredo foi um político raro — afirma Ribeiro, autor da biografia *Tancredo Neves: a noite do destino* (editora Civilização Brasileira). — Ele achava que tinha o dever de sacrificar a própria vida se isso fosse necessário para garantir a transição democrática do Brasil. Foi o que ele fez.

O temor de Tancredo era justificável. No livro, o jornalista conta que Figueiredo, ao saber da internação, propôs ao ministro do Exército, general Walter Pires, que acionasse os militares para impedir a posse de Sarney. A ideia só não foi executada porque Pires não tinha mais poder. A exoneração dos últimos ministros do governo militar já havia sido publicada no *Diário Oficial da União*. Figueiredo teve que se resignar.

O jornalista Antônio Britto seria o secretário de Imprensa do governo Tancredo, mas acabou sendo o porta-voz das informações médicas — foi ele quem comunicou ao Brasil a morte do presidente, num anúncio transmitido ao vivo na TV e no rádio. Britto afirma que o “sacrifício pessoal” de Tancredo é comparável ao de Getúlio Vargas, que em 1954 se suicidou para impedir que os militares dessem um golpe de Estado. Ele diz:

— Em 1985, as ruas do país foram ocupadas por milhões que choravam por um político. Não se imagina algo parecido ocorrendo hoje. A população nutre uma perigosa rejeição à política. Precisamos refletir sobre o que aconteceu com a política e os políticos no Brasil.

Sarney: Tancredo ainda não recebe o devido reconhecimento

José Sarney passou 37 dias como presidente interino. Com a morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, assumiu definitivamente a Presidência da República e consolidou a redemocratização. A seguir, trechos da entrevista concedida ao **Jornal do Senado**.

“Eu não consegui dormir na virada de 14 para 15 de março. Passei a madrugada acordado porque estava profundamente preocupado e angustiado, acompanhando os acontecimentos da doença do Tancredo. A minha preocupação maior não era política. Era mais humana, porque eu era amigo do Tancredo. Ainda no hospital, começou-se a dizer que eu teria que assumir como vice-presidente. O Ulysses [Guimarães, presidente da Câmara] me disse: ‘Lutamos muito para chegar até aqui. Não podemos parar agora. O Brasil precisa dessa atitude’. Eu respondi: ‘Só assumo com Tancredo’. Eu tinha a absoluta certeza de que o Tancredo estaria em condições de assumir dentro de uma semana, já que seria uma operação relativamente simples. Ninguém imaginava o desfecho daquela hospitalização.

Fui para a minha casa. Às 3h da manhã, recebi um telefonema do [José] Fragelli, que era o presidente do Congresso: ‘Sarney, já está resolvido. Você vai assumir como vice-presidente logo mais, às 10h. Nós vamos lhe dar posse’. Havia a informação de que a área militar que apoiava o [presidente João] Figueiredo e o [ministro do Exército] Walter Pires pretendia fazer um levante nos quartéis para eu não assumir e não haver a transição democrática. Foram momentos dramáticos. Quando o Fragelli me disse tudo aquilo, minha ficha caiu. Foi então que eu senti que a minha responsabilidade era imensa, que o futuro do país dependia da posse. Havia uma ala militar que estava do nosso lado, comandada pelo general Leônidas Pires Gonçalves, o ministro do Exército escolhido por Tancredo.

Alguns minutos depois, por volta das 3h30, foi o Leônidas que me ligou: ‘Sarney, você tem que prestar o compromisso às 10h. Não crie nenhuma dificuldade para nós. Todos nós estamos depositando extrema confiança em você’. Antes de desligar o telefone, ele se despediu: ‘Boa noite, presidente’. Aquela frase me marcou. Na hora marcada, eu estava no Congresso.

Na minha opinião, o Tancredo ainda não ocupa o lugar que ele me-



O *Jornal do Brasil* noticia a posse do vice José Sarney como presidente interino

rece na história do Brasil. Falta da sociedade o reconhecimento necessário. Foi ele quem garantiu a transição democrática. Graças a ele, com seu temperamento e sua experiência, a transição foi feita sem traumas, ao contrário do que ocorreu em outros países da América Latina, onde a transição se deu com guerra, violência, derramamento de sangue. O [jurista e político] Afonso Arinos tem uma frase que resume muito bem: ‘Muitos deram a vida pelo Brasil. O Tancredo deu a sua morte’. Nós sempre seremos devedores do Tancredo.

Foi um tempo muito difícil, mas terminou bem porque conseguimos garantir a redemocratização do país. Como presidente da República, convoquei a Assembleia Nacional Constituinte, que nos deu a Constituição que temos até hoje. Graças a ela, vivemos numa democracia social. A cidadania se consagrou. Antes, o governo só tinha preocupação econômica. Naquele momento, o social entrou na pauta. Para dar apenas um exemplo, a saúde, que era um privilégio daqueles que tinham carteira assinada, passou a ser um direito de todos os brasileiros. Figueiredo não quis me passar a faixa. O meu sucessor [Fernando Collor] era meu adversário político, e eu lhe entreguei a faixa presidencial. Naquele momento [nas eleições de 1989], a República comemorava 100 anos. Só pudemos comemorar de verdade porque já vivíamos numa democracia plena.”



Assista a vídeo da Agência Senado: http://bit.ly/video_30anossemTancredo
Ouça reportagem da Rádio Senado: <http://bit.ly/TancredoRadio>

Índice onomástico

A

Abreu, Capistrano de. 5
Ades, Eduardo. 75
Afonso, dom. 25
Alberto, Carlos. 113
Alcântara, Mauro Henrique Miranda de. 27
Alcântara, Pedro de. 48
Alves, Landulpho. 80
Alvim, Cesário. 48, 54
Amaral, Ubaldino do. 55
Amélia, imperatriz. 25
Anjos, Juarez José Tuchinski dos. 24
Aranha, Osvaldo. 92
Araújo, Flávio. 55-56
Arinos, Afonso. 106, 119
Assis, Machado de. 21, 48, 51-53
Atique, Fernando. 75

B

Badaró, Francisco Coelho Duarte. 42
Baptista, Lourival. 116
Barbosa, Antonio. 15, 17, 90-91
Barbosa, Ruy. 6, 48, 54, 60-65, 106
Batista, Wênis de Almeida. 16
Bellini. 96, 97
Bernardes, Artur. 71
Bigode. 97
Bittencourt, Carlos Machado. 58
Boas, João Villas. 102, 106
Braz, Wenceslau. 60-65
Britto, Antônio. 117
Brizola, Leonel. 91
Bruno, Pedro. 43
Buarque, Chico. 48
Bustamante, Luiz Alberto. 79

C

Caminha, Pero Vaz de. 21
Campos, Herib Caballero. 30
Cardoso, Dario. 86
Carvalho Junior, Celso. 80
Castro, Caiado de. 103, 104, 106
Cavalcanti, Freitas. 107
Cavalcanti, Kerginaldo. 78, 95

Caxias, duque de. 28-38, 37
Chateaubriand, Assis. 79
Chiarelli, Carlos. 115
Churchill, Wiston. 7
Coimbra, Estácio. 68
Collor, Fernando. 119
Constant, Benjamin. 5, 46
Costa, Lúcio. 74
Couto, Almeida. 54

D

D'Eu, conde. 28-38
Doratioto, Francisco. 34
Dornelles, Francisco. 117
Duarte, Moacyr. 115
Dumont, Alberto Santos. 43

E

Ellis, Alfredo. 72

F

Farah, Benjamin. 74
Feijó, padre. 20, 22, 53
Ferdinando, Francisco. 65
Figueiredo, Argemiro. 73, 105
Figueiredo, João. 38, 113, 118
Filho, Bernardes. 85
Filho, Café. 85, 87
Filho, Martins. 112
Filho, Novaes. 106
Fonseca, Deodoro da. 42, 57, 85, 112
Fortunato, Gregório. 85
Fragelli, José. 112, 118
Franco, Itamar. 74
Franco, Rafael. 32
Freire, Victorino. 106

G

Garrincha. 97
Gava, Renata. 57
Geisel, Ernesto. 74
Gilberto, João. 98
Gonçalves, Joannisval. 43, 65
Gonçalves, Leônidas Pires. 118
González, Ricardo. 34
Goulart, João. 92

Guevara, Che. 30

Guilherme II, kaiser. 64
Guimarães, Alencastro. 81, 86, 95
Guimarães, Aló. 106
Guimarães, Lima. 107
Guimarães, Ulysses. 112, 118
Gutenberg, Johannes. 21

I

Isabel, princesa. 20, 25, 26, 33, 36

J

João VI, dom. 20

K

Kirchner, Cristina. 38
Krieger, Daniel. 103, 106
Kubitschek, Juscelino. 96, 100-107

L

Lacerda, Carlos. 85
Laidler, Christiane. 63
Leopoldina, imperatriz. 25, 43
Lucena, Humberto. 115

M

Machado, Irineu. 71
Mader, Malu. 81
Mader, Othon. 81, 84
Magalhães, Marcos. 24, 105, contracapa
Maia, Cesar. 75
Maluf, Paulo. 112
Marinho, Gilberto. 96
Martins, Mendonça. 72
Martins, Silveira. 48, 54
Maynard, Jorge. 105
Meirelles, Victor. 30
Mello, Cunha. 106
Mendes, Raimundo Teixeira. 45-46
Mondin, Guido. 105
Monroe, James. 71
Monteiro, Marcelo. 64
Moraes, Prudente de. 47-58

N

Nabuco, Joaquim. 6
Natale Netto, J. 57
Neto, Lira. 88-89

Neves, Tancredo. 92, 108-119
Nicolau, Jairo. 48
Niemeyer, Oscar. 98, 106
Nogueira, Hamilton. 85

O

Oliveira, Gomes de. 86, 96
Ouro Preto, visconde de. 48

P

Pandolfi, Dulce. 50
Passos, Pereira. 70
Peçanha, Nilo. 56
Pedro I, dom. 15, 18-27, 43, 85
Pedro II, dom. 18-27, 28-38, 42, 44
Peixoto, Floriano. 48, 49, 56, 57, 103
Pelé. 95
Pena, Afonso. 48, 54
Pérides. 7
Perón, Juan Domingo. 38
Pilatos, Pôncio. 52
Pires, Walter. 117, 118
Porto, Walter Costa. 49

R

Ramos, Saulo. 106
Ribeiro, José Augusto. 117
Rocha, Ezequias da. 79, 96
Rocha, Neves da. 95
Rockefeller, John. 80
Rodrigues, Coelho. 42
Roosevelt, Theodore. 69

S

Sá, Mem de. 102, 103, 106
Salles, Ricardo. 34
Santo Amaro, Marquês de. 5
Santos, Joaquim Ferreira dos. 97-98
Santos, Nelson Pereira dos. 98
Santos, Nilton. 97
Sarney, José. 5-9, 108-119
Saxe-Coburgo-Gotha, Augusto de. 48
Silveira, Lobão da. 103
Simon, Pedro. 92-93, 110
Sodré, Lauro. 54
Solano López, Francisco. 28-38

Solano López, Miguel. 37-38
Sousa Aguiar, Francisco Marcelino. 68
Sousa, Ferreira de. 87
Stroessner, Alfredo. 32

T

Teixeira, Lima. 103
Teresa Cristina, imperatriz. 27
Tomasetto, Sérgio. 44

V

Varela, Obdulio. 97
Vargas, Getúlio. 76-81, 82-93, 117
Victorino, Manoel. 57-58
Vieira, Heribaldo. 107
Villares, Décio. 46
Vivacqua, Attilio. 87, 107
Vivar, Jorge. 16

W

Westin, Ricardo. 9
Whigham, Thomas. 32

Z

Zagallo. 97

